

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GABRIELA RUCHEL DE LIMA

**AFEGANISTÃO E A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA:
DE ESTADO-TAMPÃO À FRONTEIRA POROSA**

**Porto Alegre
2019**

GABRIELA RUCHEL DE LIMA

**AFEGANISTÃO E A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA:
DE ESTADO-TAMPÃO À FRONTEIRA POROSA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^ª Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Gabriela Ruchel de
Afeganistão e a Intervenção Soviética: de
Estado-tampão à fronteira porosa / Gabriela Ruchel de
Lima. -- 2019.
73 f.
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Afeganistão. 2. Estado-tampão. 3. Intervenção
Soviética. 4. Revolução. I. Danilevicz Pereira,
Analúcia, orient. II. Título.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Ao Afeganistão e sua singularidade, que não sejam esquecidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de realizar meus estudos em uma universidade pública cuja excelência e reconhecimento são referências.

Agradeço também ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e à Faculdade de Ciências Econômicas por terem representado muito mais que um espaço físico, mas sim um local de constante aprendizado e ressignificação.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira, minha orientadora, e ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini pela confiança depositada, pelo incentivo à pesquisa e à produção de conhecimento, pelo material bibliográfico fornecido ao longo dos três anos de pesquisa que contribuíram enormemente para a realização deste trabalho e, sobretudo, pelo comprometimento com seus alunos e pela dedicação à vida acadêmica, exemplos que inspiram e sempre me serviram de guia dentro da universidade. Muito obrigada.

Agradeço, ainda, aos meus colegas de pesquisa e aos colegas de turma, sobretudo à Joana, à Júlia, à Lara, ao Diego, ao Cassel e ao João, com quem estendi os vínculos acadêmicos para muito além das salas de aula e pude dialogar, aprender e crescer ao longo de toda a graduação.

Por fim, agradeço enormemente à minha família, especialmente à minha mãe, Eliane, preocupada, desde sempre, em transmitir a importância e o poder do conhecimento, jamais deixando que eu esmorecesse ao longo da caminhada, por mais árdua que fosse. Que um dia eu tenha metade da força que tu tens. Com amor, agradeço também aos meus avós, maternos e paternos, por terem sido fonte inesgotável de afeto e compreensão desde a infância. Obrigada.

Asia is a living body, and Afghanistan its heart
In the ruin of the heart lies the ruin of the body
So long as the heart is free, the body remains free
If not, it becomes a straw adrift in the wind

Mohammed Iqbal
(1876-1938)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender e analisar o processo de formação estatal pelo qual passou o Estado do Afeganistão durante a sua conformação como componente do Sistema Internacional. Emergindo na posição de Estado-tampão entre os impérios Russo e Britânico, o Afeganistão tornou-se, no final do século XX, uma fronteira porosa, armada e dilema em potencial para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na época. Sob as bases complexas de um poder estatal difuso e marcado pela descentralização política, argumenta-se que o padrão das relações estabelecidas entre Estado e sociedade, além da dificuldade em lidar com as suas complexidades, foi um dos fatores cruciais para elucidar o percurso de guerra no Afeganistão e a opção soviética por intervir no país em 1979, bem como a posterior dificuldade encontrada na retirada de suas tropas. A década de 1980 evidenciou o enfraquecimento das instituições políticas e militares da sociedade afegã, historicamente marcada por diversas divisões regionais e tribais, dadas por motivos étnicos, religiosos ou territoriais. Os diferentes graus de lealdade superavam a identidade nacional, sendo, inclusive, maiores que a ideologia estabelecida pelo Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA) após a Revolução de Saur, em 1978. A partir disso, surgem grupos contrarrevolucionários motivados pelo interesse em remover as tropas soviéticas do solo afegão. Somando-se a tais fatores, tem-se, ainda, o contexto internacional de Guerra Fria, cujas dinâmicas próprias também contribuíram para que, no recorte temporal escolhido, houvesse não apenas a imersão do país em uma guerra civil, como também seu endossamento, o que alteraria consideravelmente o papel anteriormente exercido no contexto global.

Palavras-chave: Afeganistão. Estado-tampão. Intervenção Soviética. Revolução.

ABSTRACT

The present work aims to understand and analyze the state formation process that the State of Afghanistan went through during its configuration as a component of the International System. Emerging as a buffer-state between the Russian and British empires, Afghanistan became, at the end of the twentieth century, a porous, armed frontier and potential dilemma for the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) at the time. Under the complex bases of a diffuse state power marked by political decentralization, it is argued that the pattern of relations established between state and society, in addition to the difficulty in dealing with their complexities, was one of the crucial factors in elucidating the war course in Afghanistan and the Soviet option to intervene, in 1979, as well as the subsequent difficulty in withdrawing its troops. The 1980s highlighted the weakening of the political and military institutions of Afghan society, historically marked by various regional and tribal divisions, for ethnic, religious or territorial reasons. The different degrees of loyalty surpassed national identity and were even greater than the ideology established by the Afghan People's Democratic Party (APDP) after the Saur Revolution in 1978. From this, counterrevolutionary groups have emerged out of an interest in removing Soviet troops from Afghan soil. In addition to these factors, there is also the international context of the Cold War, whose own dynamics also contributed so that, in the chosen time frame, there was not only the immersion of the country in a civil war, but also its endorsement, which would significantly change the role previously played in the global context.

Keywords: Afghanistan. Buffer-State. Soviet Intervention. Revolution.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

ONU – Organização das Nações Unidas

PDPA – Partido Democrático do Povo Afegão

RDA – República Democrática do Afeganistão

URSS – União das Repbricas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A FORMAÇÃO DO AFEGANISTÃO	14
2.1 O AFEGANISTÃO COMO UNIDADE TERRITORIAL: O GRANDE JOGO E A EMERGÊNCIA DE UM ESTADO-TAMPÃO	18
2.2 O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: ABERTURA ECONÔMICA E MODERNIZAÇÃO	23
2.3 O DECLÍNIO DA LEGITIMIDADE ESTATAL E A REVOLUÇÃO DE SAUR	27
3 O CONTEXTO SOVIÉTICO E AS RELAÇÕES COM O AFEGANISTÃO	32
3.1 DO GOLPE DE 1978 À DECISÃO DE INTERVIR	35
3.2 ESTRATÉGIAS, TÁTICAS E DILEMAS.....	39
3.3 A RESISTÊNCIA AFEGÃ: RAÍZES, PERCEPÇÕES E O PAPEL DO APOIO EXTERNO	43
4 TRANSIÇÕES DE GOVERNO EM MOSCOU E CABUL: O PERÍODO GORBACHEV E A RETIRADA DAS TROPAS.....	50
4.1 O ÔNUS DA GUERRA PARA O ESTADO AFEGÃO.....	56
4.2 A DESINTEGRAÇÃO DO SISTEMA E O ÔNUS DA GUERRA PARA A UNIÃO SOVIÉTICA.....	60
4.3 MANUTENÇÃO E COLAPSO DO REGIME EM CABUL	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

Localizado no sudoeste asiático, com sua unidade territorial cristalizada no século XIX, o Afeganistão emergiu como unidade política na posição de Estado-tampão entre a Índia britânica e o Império Russo em expansão. Marcado por divisões internas, os governos centrais tiveram, historicamente, diferentes graus de dificuldade, influência e controle sobre o território, sendo a sua completa unificação um desafio permanente. Tem-se, então, um país composto por grupos autônomos, cuja identidade subnacional é baseada em graus de parentesco, residência e, até mesmo, ocupação. Tais formas de organização, contudo, não são meramente tribais, uma vez que essa coesão social instintiva abarca não apenas clãs, mas também subgrupos étnicos, seitas religiosas e grupos unidos por interesses próprios.

A fim de evitar o reducionismo, que tende a atribuir uma série complexa de eventos históricos a um único fator, o presente trabalho reconhece e defende a importância de que as teorias sobre a causa da guerra – seja ela geral ou específica – devem ser inerentemente ecléticas e, sobretudo, considerarem a relevância de todas as variáveis. O presente trabalho não pretende, desta forma, reivindicar todos os aspectos da crise afegã. No que se refere ao seu escopo, considera-se que a fragilidade do Estado afegão, historicamente ligada às permanentes disputas internas, empregadas por diferentes agentes cuja força e protagonismo regional comprometeram a coesão e a ação estatal, foi um dos diversos fatores condicionantes para que se acentuasse o curso da guerra no Afeganistão a partir da intervenção, somado, ainda ao suporte externo e os próprios interesses políticos que o motivaram.

No final da década de 1960, contudo, nada indicava que o país mergulharia em uma guerra que se estabeleceria em longo prazo. O Afeganistão havia desfrutado de um inesperado *boom* turístico, com mais de 60.000 visitantes em 1969, e era a rota obrigatória entre o Irã e o subcontinente indiano. Com a monarquia presente em uma base constitucional desde 1964, nem mesmo o golpe de 1973 e o estabelecimento de uma República causou preocupação indevida dentro ou fora do país. Nenhum dos períodos de estabilidade entre os golpes de Estado anteriores, no entanto, foi garantidor de uma legitimidade estatal forte e suficientemente coesa que pudesse assegurar as estruturas necessárias para uma unidade ou centralização de poder em solo afegão. Assim, em abril de 1978 a atenção internacional voltava-se para o golpe de Estado dado pelo Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA), direcionada pelo partido comunista do Afeganistão. Com uma fragmentação acentuada dentro do próprio partido, em setembro de 1979 Hafizullah Amin subiu à liderança do país após eliminar seu antecessor, Nur Muhammad Taraki, mais moderado e mais respeitado em

Moscú. Enquanto isso, as forças contrarrevolucionárias, ancoradas nos fortes vínculos sociais que as uniam, mostravam-se difíceis de controlar. Deste modo, o regime viu-se à beira de um colapso, até ser resgatado pela chegada das tropas soviéticas, em 27 de dezembro de 1979. As forças de comando instalaram no poder um novo líder, Babrak Karmal, estabelecendo um contingente soviético de cerca de 100.000 homens. A retirada soviética, no entanto, se daria apenas em 1989, contrariando seus próprios planejamentos e sendo incapaz de sanar as debilidades do Estado afegão.

Assim, este trabalho pretende analisar o processo de formação estatal do Afeganistão, desde a sua formação e inserção como componente do Sistema Internacional, perpassando suas características e fragilidades inerentes, até a intervenção soviética no país e os condicionantes para que ela ocorresse. Tem-se como pressuposto que a histórica descentralização do Estado, gerada em virtude de relações muito próprias de subordinação e lealdade, consiste em um dos motivos que podem ser utilizados para explicar a ausência de coesão estatal, bem como a volatilidade das forças políticas. Tais traços, somados às dinâmicas regionais e interesses externos de outros agentes envolvidos na manutenção dos conflitos no Afeganistão, teriam corroborado para a guerra, transformando-o de Estado-tampão à fronteira porosa.

Deste modo, destaca-se como objetivo geral a análise da construção do Estado afegão, desde a sua conformação como Estado-tampão entre os Impérios Russo e Britânico, até o período em que se deu a intervenção soviética no país, a partir de 1979. Os níveis de observação englobam as relações afegãs com a União Soviética, bem como a ação de demais países no jogo político estabelecido. Como hipótese, tem-se que a desestruturação, a descentralização e as particularidades históricas do Estado afegão impediram que o golpe realizado pelo PDPA contasse com as bases suficientes para manter o regime, tendo em vista que a guerrilha contrarrevolucionária – constituída por grupos de resistência organizados sob graus de identidade mais fortes do que a identidade nacional – mostrou-se irredutível. Além disso, a resistência contou com o apoio contínuo de diferentes forças políticas com interesses próprios no conflito, o que acentuou o seu poder de atuação na guerra soviético-afegã.

Como objetivos específicos, busca-se (i) discutir o processo de formação estatal do Afeganistão e pontuar como a descentralização política do Estado afegão e as disputas internas no território, em conjunto com ação dos demais atores envolvidos, acarretaram na mudança de atuação dentro do Sistema Internacional; pretende-se, ainda, (ii) elucidar quais eram as relações soviéticas estabelecidas com o Estado afegão à época do golpe de 1978, quais foram os condicionantes para que houvesse uma intervenção e como se deu o processo

de intervir, desde a Revolução de Saur até o momento da chegada das tropas, além do papel exercido pelas forças de resistência afegãs; por fim, objetiva-se (iii) compreender as trocas de governo, tanto em Moscou quanto em Cabul, bem como a saturação das relações entre os Estados e a dinâmica que levou à retirada das tropas, perpassado os efeitos deixados pela guerra em ambos os países, até a queda definitiva do regime comunista em Cabul, em 1992, e o desmantelamento da União Soviética.

A metodologia utilizada é de caráter analítico-descritivo, e consiste em uma extensa e aprofundada revisão bibliográfico-documental de livros e artigos sobre o tema. O trabalho constitui-se por uma introdução, onde se objetiva trazer à tona as questões que guiaram a pesquisa durante seu desenvolvimento, ao que se seguem três capítulos de análises específicas a respeito de momentos distintos do Estado afegão. Por fim, há as considerações finais, onde se pretende questionar e propor uma análise acerca de termos usualmente – e superficialmente – empregados quando se referem às etapas da guerra soviético-afegã e os desdobramentos internos pelos quais passou o Afeganistão.

No primeiro capítulo, então, buscou-se abordar a sociogênese do Estado afegão, bem como suas características territoriais, elucidando a diversidade étnica, suas especificidades e dinâmicas internas de legitimação e unificação territorial. Trata-se, ainda, da sua emergência no Sistema Internacional, atuando como uma das peças-chave do Grande Jogo, além do papel do imperialismo e as disputas de poder na Ásia Central; também é abordado o processo de independência, abertura econômica e, por último, o enfraquecimento das bases já precárias do Estado, culminando na intervenção soviética.

O segundo capítulo, por sua vez, aborda as relações soviéticas com o Afeganistão, os níveis de dependência estabelecidos entre os países e o processo decisório acerca da intervenção. Discutem-se os objetivos soviéticos, suas táticas e principais dilemas ao optarem por intervir. Desta forma, enfatiza-se também o papel exercido pelas forças contrarrevolucionárias afegãs, suas raízes e principais bases de apoio externo e como os interesses deste último, em um contexto internacional de Guerra Fria, constituíram um fator preponderante para que houvesse um prolongamento do conflito.

Por fim, no terceiro e último capítulo debate-se o processo de retirada das tropas soviéticas, ancorado, sobretudo, nas mudanças de governo em Moscou e Cabul. Analisa-se, também, o ônus da guerra soviético-afegã para ambas as sociedades e ambos os governos, destacando-se as diferenças percebidas entre os impactos gerados. Discute-se, ainda, a manutenção e o posterior colapso do regime comunista em Cabul, sua sobrevida inesperada, as tentativas de acordos de paz junto à Organização das Nações Unidas, além da influência

das perdas políticas que a guerra trouxe à União Soviética, bem como a participação exercida em seu fim.

No que se refere à justificativa e contribuição do tema proposto, destacamos que ele se insere em uma extensa pesquisa realizada junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), cujo objetivo era elucidar o percurso de guerra no Afeganistão, trazendo à luz suas particularidades e processos próprios das relações historicamente estabelecidas entre Estado e sociedade. Como contribuição, objetiva-se fornecer um compilado de informações e apontamentos relevantes acerca de um período histórico ainda pouco abordado, ao menos pelas bibliografias em idioma português, bem como analisar os condicionantes e impactos de uma revolução que, sem dúvida, moldou os contornos do Estado afegão, o qual é, ainda, incompreendido em sua totalidade.

2 A FORMAÇÃO DO AFEGANISTÃO

Centrado no sudoeste do continente asiático, o território afegão corresponde a uma extensa cadeia de montanhas, conhecidas como Hindu Kush, as quais dividem o país entre as planícies do norte e o restante. Sem saída para o mar, o Afeganistão tornou-se uma metáfora, de acordo com Maley (2002), para “isolamento exótico”. Sua geografia de difícil acesso, coberta por regiões desérticas e poucos vales férteis, somada à sua multiplicidade étnica, tornaram complexo, desde muito cedo, o objetivo de manter o país sob conquista de forma abrangente (MCCAULEY, 2002).

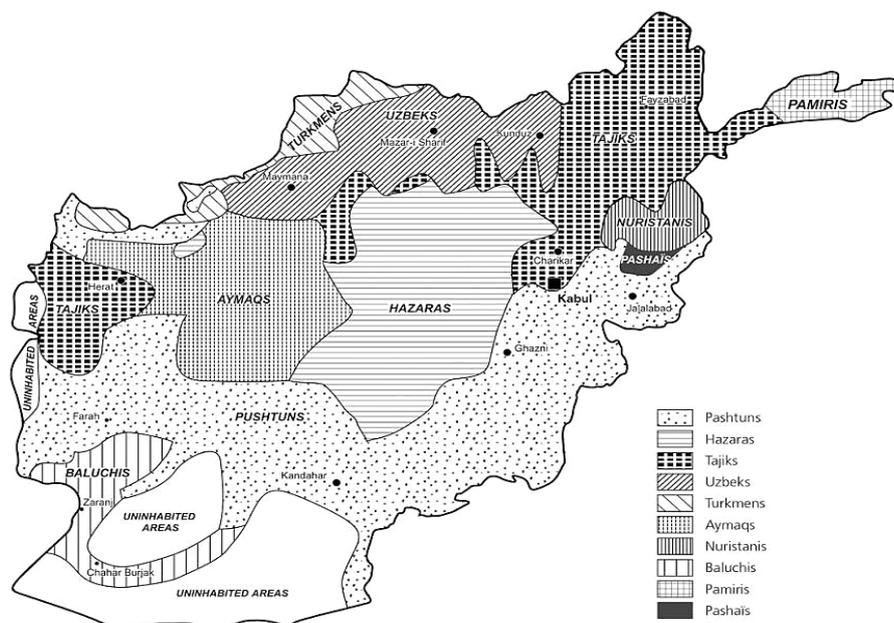
Algumas das terras que o compõem exibiam há muito tempo o título de 'Afeganistão', o qual, entretanto, não identificava necessariamente um Estado reconhecido, mas um domínio em que as pessoas conhecidas como 'afegãs' – a quem os estudiosos ocidentais contemporâneos chamam 'pashtuns' – viveu, sendo a origem, em si, do termo “afegão” uma questão de especulação. Como unidade política, o país emergiu na forma de um Estado-tampão entre a Índia britânica e o Império Russo em expansão. As grandes cidades do Afeganistão – especialmente Herat e Balkh – eram há muito conhecidas, não apenas como vizinhas da grande Rota da Seda entre a Europa e a China, mas como alvos de pilhagem pelos impérios de conquista, como o Chinggisid e o Timurid. No entanto, os impérios de conquista eram notoriamente propensos à fragmentação diante das lutas por sucessão, o que se opunha aos ventos de mudança que sopravam na Ásia Central do século XVIII, movidos pelo desenvolvimento e pela expansão do Estado burocrático moderno. O Afeganistão não sentiu isso de forma direta, pois nunca esteve sujeito à ocupação colonial europeia e apenas em raras

ocasiões, e a um custo considerável, os Estados europeus procuraram realizar campanhas militares em seu solo. Sua história, contudo, seria moldada pela interação entre Londres e São Petersburgo (MALEY, 2002; MCCAULEY, 2002).

Dada a multiplicidade étnica do território, ao analisarmos a sua construção torna-se primordial abordarmos a influência dessa característica, bem como o papel exercido por ela no processo de formação política e estatal. País muçulmano de maioria sunita, o Afeganistão conta com uma vasta quantidade de etnias, sendo a maior delas a pashtun. Além disso, os pashtuns também representam a maioria no governo, atuando como detentores de poder desde muito cedo, o que em termos práticos aumentou sua esfera de influência e importância (TANNER, 2002). O segundo maior grupo é representado pelos tadjiques, seguidos pelos uzbeques, ambos sunitas, sendo os hazaras o único grupo étnico a representar a parcela xiita da população. Até o século XVIII, vários impérios dominaram os territórios do atual Afeganistão, mas nenhum deles constituiu um Estado afegão propriamente dito (RUBIN, 2002).

A distribuição geográfica desses diferentes povos também confluiu para as inúmeras disputas de poder presentes na história do país, variando de acordo com as regiões nas quais se distribuíram. No caso pashtun, a maioria localizava-se nas partes centrais, sobretudo na capital Cabul; já os tadjiques e uzbeques poderiam ser encontrados ao Norte, e os hazaras, por sua vez, próximos às regiões da Pérsia e do Irã. Para William Maley (2002, p.7-9), o Afeganistão poderia ser definido por “micro sociedades”, tendo em vista a heterogeneidade de sua população, o que torna inadequado falarmos sobre o termo “sociedade” da forma como ele é usualmente empregado, já que sugere um grau de estrutura coerente que nunca esteve realmente presente. Pelo contrário, etnia, religião, ocupação e gênero têm, historicamente, oferecido aos afegãos uma série de bases sobre as quais eles podem procurar se identificar uns com os outros (MALEY, 2002).

Figura 1: Grupos étnicos do Afeganistão



Fonte: DORRONSORO, 2005.

O estudo mais detalhado de grupos étnicos no Afeganistão identifica a presença de pelo menos 55 tipos diferentes de etnia. Em alguns desses grupos, principalmente no caso pashtun, há a presença de formas distintamente tribais de organização social, marcadas pela crença na existência de ancestrais comuns e pela prevalência de normas de reciprocidade e solidariedade que dão origem a obrigações sociais e, conseqüentemente, políticas. Em termos religiosos, o Afeganistão é predominantemente um país muçulmano, embora conte com pequenas minorias hindus, siques e até judias, sendo a maior parte dos muçulmanos do Afeganistão adepta da escola ortodoxa sunita. O Afeganistão também desenvolveu irmandades 'sufis', uma corrente mais mística e contemplativa do Islã, que ocasionalmente foram atraídas para a vida política do país, embora de maneira mais sutil. O islamismo no Afeganistão, assim como diversas religiões em diferentes países, funciona como uma das forças sociais exercidas através desses agentes, seja por meio da absorção em religião de valores e tradições originários da esfera secular e que não podem reivindicar santidade espiritual, seja pela influência de escolas de pensamento religioso – radicais, modernistas ou ultraconservadores – que floresceram em outras partes do mundo muçulmano. O traço preponderante, contudo, é que o Islã da *intelligentsia* – ou intelectuais – diferia do Islã do líder de oração das aldeias ou do Islã do

ulemá¹, e esse é um fator central para se compreender a dinâmica do conflito no Afeganistão, uma vez que versa sobre a influência regional a ser exercida (MALEY, 2002).

Além disso, no Afeganistão, a identidade de cada indivíduo é definida por uma série de afiliações, desde a mais geral – como a *umma* (a comunidade muçulmana como um todo) – até a família mais estreita. Um senso de identidade pode ser baseado em uma origem geográfica compartilhada ou em uma afiliação comum – seja ela profissional, religiosa, familiar, étnica, etc. Há a ideia de um *qowm*, o qual especifica precisamente essas identidades quando elas são mobilizadas em uma rede de solidariedade. De acordo com o contexto, diferentes identidades são mobilizadas; por exemplo, uma solidariedade entre os xiitas surge do confronto com uma sociedade amplamente sunita (DORRONSORO, 2005).

Cada indivíduo possui um lugar nas redes de solidariedade (os *qowms*), baseado em obrigações que são mais ou menos ampliadas e definidas. O *qowm* se inclina para a natureza de um sistema de trocas que se expande no modelo da família extensa, embora sua base real possa ser diferente – profissional, política ou confessional, por exemplo. De acordo com seu contexto, a palavra *qowm* pode significar solidariedades de um tipo muito diferente, em comunidades de tamanho variável. Um grupo de solidariedade emerge, por exemplo, da necessidade de manter relações com o Estado por intermédio de um funcionário administrativo da aldeia – o *malek*. Às vezes, as condições ecológicas também são um fator propício à cooperação, havendo a eleição de uma pessoa para supervisionar o sistema de irrigação, por exemplo, o que define um grupo de solidariedade. Um fenômeno revelado pela guerra foi o significado das solidariedades do lugar. Segundo Dorronsoro (2005, p. 11) isso foi, muitas vezes, definido pelo apego à mesma divisão administrativa (província, distrito ou subdistrito), um fenômeno que ilustra a capacidade do Estado de redefinir a estrutura dentro da qual as redes de solidariedade operam, em vez de desafiar o princípio estrutural (DORRONSORO, 2005).

Um fator adicional é que um *qowm* não corresponde necessariamente a uma área contígua. Por exemplo, os habitantes de um vale podem ser divididos em dois grupos não territoriais devido a uma diferença religiosa, com os dois *qowms* assim definidos sem nenhuma coerência espacial. Desde o reinado de Abdul Rahman Khan (1880–1901), a maioria das aldeias no sul e no centro do Afeganistão havia perdido a homogeneidade que determinava que as solidariedades dos clãs devessem ter uma base territorial, embora isso

¹Termo utilizado para se referir a um conhecedor das leis muçulmanas, educado na teologia islâmica e na lei sagrada, a Xaria; também se refere aos líderes religiosos de comunidades locais (DORRONSORO, 2005).

continuasse sendo o caso na parte leste do país. Assim, a aldeia não representa necessariamente um *qowm* e a cooperação às vezes se limita à manutenção da mesquita. As classificações por grupos étnicos, que quase correspondem a grupos linguísticos, constituem, portanto, apenas um nível de afiliação comunitária entre tantos outros possíveis, e não implicam necessariamente a existência de solidariedades operacionais (DORRONSORO, 2005).

Já no que se refere à economia afegã, ela sempre foi dominada pela atividade agrícola e pastoril, na qual a maior parte da população estava envolvida, ainda que apenas 12% da terra fossem aráveis. Em contraste com o Paquistão, a sociedade rural não era, em qualquer sentido, uma sociedade feudal, uma vez que os clãs tribais ou os homens da aldeia não eram propriamente senhores com vassallos, como no período feudal europeu, mas sim participantes de políticas locais complexas, nas quais instituições coletivas de construção via consenso desempenharam papéis-chave. A política, nesse contexto, era uma reserva exclusivamente masculina, cabendo à maioria das mulheres desempenharem papéis sociais estritamente circunscritos à economia doméstica. No entanto, isso não significa que uma interpretação superficialmente patriarcal das relações de gênero no Afeganistão seja esclarecedora. Pelo contrário, as mulheres afegãs historicamente demonstraram considerável habilidade e capacidade de afirmar seus interesses dentro das redes sociais de parentesco. Como citado por Rubin (2002, p.22-26) “nenhuma área do Afeganistão é etnicamente uniforme” e “apenas a sua incorporação em um Estado as fez uma sociedade única”. Uma falha em considerar adequadamente essas e outras complexidades ao tentar reestruturar as relações de gênero com o instrumento contundente do poder estatal também contribuiu para o curso da guerra no país (MALEY, 2002; DORRONSORO, 2005).

2.1 O AFGANISTÃO COMO UNIDADE TERRITORIAL: O GRANDE JOGO E A EMERGÊNCIA DE UM ESTADO-TAMPÃO

O processo de formação estatal do Afeganistão foi complexo e os contornos assumidos não refletem exatamente uma construção linear e pragmática, mas sim os resultados de decisões assumidas por diferentes pessoas em diferentes lugares e períodos históricos. O poder, além disso, foi substancialmente difuso, restringindo aquilo que o Estado afegão poderia ter experimentado ser, tornando contencioso datar o nascimento exato de suas instrumentalidades (MALEY, 2002).

Ocupado desde muito cedo por diversos povos e tribos nômades, o sistema monárquico no Afeganistão durou de 1747 a 1973 e foi a partir do século XVIII que se puderam identificar

as bases de centralização de poder que levariam ao Afeganistão moderno. Durante o Império Safávida, os pashtuns dividiam-se em dois grupos, os Abdalis e os Ghilzais; o imperador Safávida tentou impor a vertente xiita aos pashtuns sunitas, o que gerou uma revolta no grupo Ghilzai, que o depôs, ascendendo ao trono Nadir Afshar, um conquistador turco. Mesmo com o apoio do grupo Abdalis, Nadir foi assassinado e Ahmad Khan, aproveitando-se do vácuo de poder deixado pelos impérios Mogol e Persa e a sectarização dos uzbeques, galgou a posição de “xá”, tornando-se rei do Afeganistão e sendo reconhecido como Ahmad Shah. Ex-comandante de cavalaria, Ahmad Shah assumiu a posição de líder, instaurando a dinastia Durrani, em virtude do termo *durran-i-durran* – que quer dizer “pérola das pérolas” – com cujo título foi condecorado o xá. A cidade de Kandahar foi definida como a capital do império, o que mudaria posteriormente em 1775, sendo transferida para Cabul (DORRONSORO, 2009; RUBIN, 2002).

Desde a chegada de Ahmad Shah ao poder, em 1747, o país foi governado por representantes pashtuns, o que evidencia o domínio étnico exercido por eles na região; contudo, a centralização de poder sempre foi um desafio, ainda que houvesse uma etnia dominante. A multiplicidade étnica e tribal, presente ao longo de toda a história afegã, foi um dos fatores preponderantes para acentuar essa dificuldade. Com isso, temos uma forte resistência por parte dessas diferentes tribos em se submeterem ao poder central dos reis pashtuns, os quais, a fim de assegurar a sua permanência nos cargos públicos, faziam concessões aos líderes tribais, lhes permitindo ter grande influência local, o que os transformaria futuramente em legítimos senhores de guerra durante a formação das guerrilhas anticomunistas (RUBIN, 2002).

No século XIX, o Afeganistão se via situado entre dois impérios em expansão: o Russo e o Britânico, em uma competição pelo poder e influência na Ásia Central, o que também marcaria um dos piores reveses infligidos aos britânicos na região desde a consolidação da Companhia Britânica das Índias Orientais. O expansionismo russo e a construção de impérios na Ásia Central começaram em 1734 e o interesse de Moscou no Afeganistão era aparente já no final da década de 1830. O Grande Jogo descreveu a luta britânica e russa por influência ao longo da fronteira do norte da Índia britânica e em toda a região entre a Rússia e a Índia, estando o Afeganistão nesta área contestada entre os dois impérios. Do ponto de vista britânico, a expansão do Império Russo pela Ásia Central poderia ameaçar significativamente a influência britânica na Índia, sendo o Afeganistão uma ponte para uma possível invasão russa na região. Em 1836, o Império Britânico anexou a província de Peshawar, cidade do Paquistão, localizada ao sul do Afeganistão, mas que durante o governo de Ahmad Shah

estava sob controle afegão. Essa região era povoada pela etnia pashtun, além de ser uma fonte de riquezas para os reis Durrani, permitindo que eles governassem sem se indispor com líderes de outras tribos. Temerosos de perder o controle sobre o território afegão, em 1839 o Império Britânico decidiu invadir o Afeganistão, no que seria conhecida como a Primeira Guerra Anglo-Afegã, tentando impor um regime fantoche sob o governo de Shuja Shah, neto de Ahmad Shah. O regime não durou muito e em novembro de 1841 Akbar Khan, filho de Dost Mohammad – o qual havia assumido o poder em 1826, mas se entregou ao Império Britânico durante a invasão – liderou uma revolta bem sucedida contra Shuja Shah. O episódio tornou-se uma derrota significativa para os britânicos, os quais se retiraram em 1842 sob os ataques de milhares de afegãos pelas ruas de Cabul, forçando a guarnição britânica a abandonar a cidade. Dost Mohammad foi libertado em seguida, recuperando seu posto no trono (RUBIN, 2002).

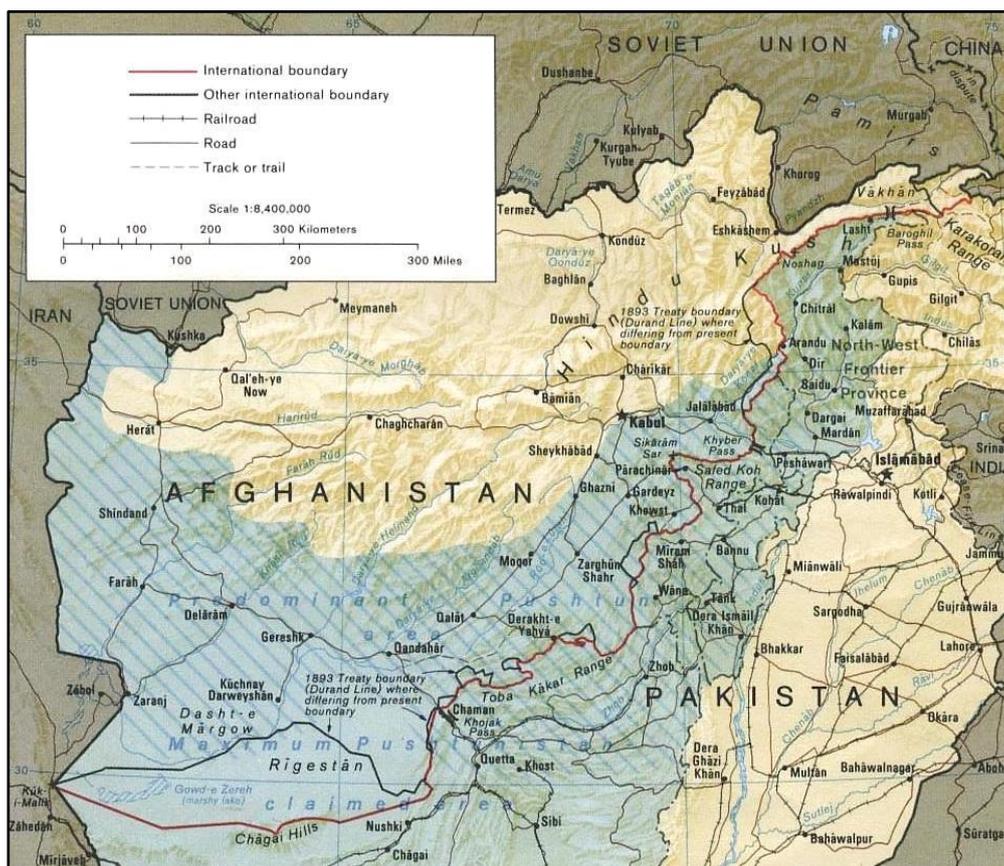
As relações entre o Afeganistão e os britânicos continuaram relativamente instáveis até 1855, quando Dost Mohammad conduziu um acordo de paz com o governador-geral da Índia. Após seu retorno, Dost Mohammad ficou no poder até 1863, data de sua morte, sendo o primeiro líder afegão a ter contato com as instituições do Estado moderno, tendo em vista o seu exílio nas Índias britânicas. Isso transformou a modernização do Afeganistão em um de seus objetivos, sobretudo a fim de lutar pela independência do país. Após sua morte, houve uma árdua disputa de poder por parte de seus filhos, o que levou o país a uma guerra civil que só seria controlada por Sher Ali, seu terceiro filho e sucessor, em 1868. Sher Ali suscitou a inimizade britânica ao adotar uma política bastante amigável com o Império Russo, em 1878, rejeitando o segundo ultimato e culminando em uma nova invasão por parte das forças anglo-indianas, em novembro do mesmo ano, no que seria a Segunda Guerra Anglo-Afegã. Cabul foi ocupada em outubro de 1879 e Abdul al-Rahman Khan, neto de Dost Mohammad, foi instalado no trono afegão. A guerra só terminou depois que os britânicos atingiram seus objetivos geopolíticos: caberia ao Afeganistão manter sua soberania interna, ficando a cargo do xá controlar os assuntos domésticos, desde que o controle das relações exteriores do país fosse cedido, em uma espécie de protetorado, além de ser instalada uma embaixada britânica em solo afegão (RUBIN, 2002).

O papel exercido pelas Guerras Anglo-Afegãs no que se refere ao envolvimento direto do Afeganistão com o Sistema Internacional foi bastante significativo. Como já citado, havia um contato prévio entre o país e esse sistema estatal em virtude do exílio de Dost Mohammad na Índia, mas foi, sobretudo, a partir da Segunda Guerra Anglo-Afegã, quando sua política externa ficou sob tutela britânica, que o Afeganistão se viu inserido no sistema estatal

eurocêntrico. Por outra via, as interações britânicas no território acentuaram um dos traços mais marcantes do país – a forte divisão tribal –, fortalecendo, deste modo, a luta dessas forças contra as intervenções externas e a disputa com os líderes do governo pelo poder e controle social (RUBIN, 2002).

Em 1893, a fim de expandir a fronteira indiana, os britânicos desenharam uma linha arbitrária, dividindo o território pashtun, ainda que as fronteiras entre Rússia e Afeganistão já tivessem sido demarcadas no tratado Anglo-Russo de 1873 e 1887. A Linha Durand, como foi chamada, empurrava a fronteira indiana mais para dentro do território afegão, como mostra a figura 2, em vermelho, e a sua legitimidade seria uma grande fonte de tensão depois da partilha do subcontinente indiano, em 1947 (MCCAULEY, 2002; RUBIN, 2002).

Figura 2: A Linha Durand



Fonte: Wikimedia Commons

O projeto de estabelecer um Estado nos moldes ocidentais surgiu com Abdul Rahman Khan. Abstendo-se de nomear seus herdeiros para cargos de governadores provinciais, ele estabeleceu um limite para a patrimonialização do poder. A autonomia muito ampla dos governadores provinciais foi suprimida em favor de um sistema mais centralizado, que fortaleceu a autoridade do emir – título de nobreza usado nas nações islâmicas. O tamanho das províncias foi reduzido, o que melhorou a administração e ofereceu uma plataforma mais

restrita a qualquer pretendente em potencial ao trono. De 1880 a 1901 o Afeganistão se manteve sob seu governo, cujos interesses em preservar a independência afegã e impedir interferências externas o fizeram isolar o país para o comércio, tornando-o não atrativo em termos econômicos. Sob sua gestão o Afeganistão foi alvo de uma considerável ajuda bélica por parte da Grã-Bretanha, além de receber dinheiro e demais recursos com o objetivo de assegurar a influência britânica na região (MCCAULEY, 2002).

Para Abdul, era necessário manter intacta a impenetrabilidade afegã e o dito “isolamento exótico”, por isso, os meios de transporte e comunicação modernos eram tidos como inimigos da segurança. Isso culminaria em severos custos econômicos e prejudicaria o desenvolvimento do país, deixando-o dependente da ajuda externa e, conseqüentemente, à mercê de seus interesses. A oferta constante de armas e dinheiro provenientes da Grã-Bretanha, em contrapartida, permitia que Abdul não necessitasse recorrer ao apoio das lideranças étnicas e tribais para sustentar sua permanência no poder. Pelo contrário, sua estratégia consistiu justamente em tentar fragmentar ainda mais tais lideranças, bem como manipular suas rivalidades e evitar o surgimento de líderes tribais fortes o suficiente para derrubá-lo. Sob Abdul Rahman Khan, o fechamento das fronteiras, apesar de seus efeitos desastrosos sobre a economia e a cultura, não constituíram uma barreira à importação controlada de tecnologias militares. As oficinas dos emires eram restritas essencialmente à fabricação de munições e armas, e sua extensão era limitada, com uma força de trabalho de 1.500 no início do século, subindo para 5.000 em 1919. Na década de 1940, o Estado recorreu a técnicos britânicos, mas a grande virada ocorreu em 1955 com os acordos de cooperação soviético-afegão. Eles estavam relacionados ao treinamento de oficiais e ao fornecimento de suprimentos e efetivamente fizeram do Afeganistão um cliente da União Soviética (MCCAULEY, 2002; RUBIN, 2002; DORRONSORO, 2005).

Abdul também recorreu ao Islã, utilizando-o nos moldes dos reis absolutistas europeus e sustentando a ideia de direito divino. O poder tribal no Afeganistão, entretanto, estava historicamente consolidado desde muito cedo, o que tornava tal estratégia demasiadamente trabalhosa e cujo esforço levaria tempo para trazer resultados consistentes. Com isso em vista, Abdul Rahman Khan concentrou-se em estabelecer uma elite burocrática, voltada para as atividades do governo e que fosse deslocada do poder tribal, atuando em consonância com os seus interesses e sendo leal a ele. O intuito era lançar as bases de uma estrutura de Estado que futuramente pudesse ser herdada pelo seu filho mais velho, Habibullah (RUBIN, 2002).

2.2 O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: ABERTURA ECONÔMICA E MODERNIZAÇÃO

Iniciado em 1901, o governo de Habibullah foi relativamente reformista e tentou modernizar o país, investindo em reformas legais, em uma educação moderna e, sobretudo, em instituições secundárias de ensino. Para Habibullah, era necessário que o Afeganistão possuísse um corpo administrativo qualificado e eficiente para se autogovernar e galgar um espaço sólido no sistema internacional de Estados. Para tal, eram necessárias instituições de aperfeiçoamento, onde se pudesse aprender engenharia, ciências militares, idiomas estrangeiros e onde houvesse um treinamento direcionado ao serviço governamental. Habibullah também revogou muitas penalidades criminais severas instituídas anteriormente por seu pai, além de dismantelar a organização repressiva de inteligência interna que havia sido implementada. Com a ênfase dada às instituições de ensino, houve a ascensão de uma nova classe intelectual, que foi corroborada pelo retorno das famílias anteriormente exiladas em países estrangeiros no governo de Abdul, trazendo ao Afeganistão novos ideais e novas perspectivas de modernização (RUBIN, 2002).

Além disso, o recrutamento de administradores reforçou a autonomia do Estado. No século XIX, os escravos do rei, na verdade órfãos ou outras crianças sob a proteção do emir, constituíram a espinha dorsal da administração real. Assim, o Estado estabeleceu para si um grupo de partidários leais, estruturalmente ligado aos seus interesses, e divorciado das lealdades tribais. Esse sistema de recrutamento foi complementado pelo sistema educacional, cuja função era educar as elites administrativas para o Estado. Assim, o colégio militar de Cabul, fundado por Habibullah em 1904, recrutou principalmente os filhos dos clãs da confederação tribal Durrani, de cuja lealdade o regime desejava garantir. O colégio forneceria uma proporção significativa dos administradores superiores nas duas primeiras décadas do século XX. A partir da década de 1950, a universidade assumiu progressivamente a tarefa (RUBIN, 2002).

No que concerne à política externa, Habibullah manteve a cooperação com a Grã-Bretanha, seguindo as diretrizes de seu pai. Já em relação às tensões com a Índia britânica, Habibullah também as reduziu consideravelmente através de um tratado de amizade assinado em 1905 e de uma visita oficial ao Estado dois anos depois. Durante a Primeira Guerra Mundial optou pela neutralidade do país, ainda que a Alemanha se utilizasse dos impasses históricos entre o Império Russo e o Império Britânico para tentar compeli-lo a assumir uma posição. A decisão se deu, sobretudo, em virtude da posição geoestratégica afegã, localizada exatamente no centro dos dois impérios (MCCAULEY, 2002).

Em 20 de fevereiro de 1919, durante uma viagem à província de Laghman, Habibullah foi assassinado, o que resultou em uma disputa pelo poder entre o seu irmão, Nasrullah Khan, líder de uma ala mais conservadora do Afeganistão, e seu filho, Amanullah Khan, que em Cabul já se autoproclamava emir do Afeganistão. Amanullah se apresentou ao governo como um líder pautado em ideais democráticos, disposto a extinguir a tirania, a opressão e o trabalho forçado, bem como tornar o Afeganistão um país livre e independente, como declarou assim que assumiu o poder. Recém-saída de uma revolução, em 1917, a União Soviética reconheceu de imediato a independência do novo Estado, ao contrário dos britânicos, que não o fizeram. Em abril de 1919, buscando aplacar os conservadores que se opunham aos seus planos de governo e chamar a atenção dos britânicos, Amanullah desviou o foco do conflito interno na corte afegã e, aproveitando-se da crescente agitação civil na Índia em virtude do massacre de Amritsar², decidiu por invadir a Índia britânica. Essa ofensiva ficou conhecida como a Terceira Guerra Anglo-Afegã, iniciando em maio de 1919 e terminando com um armistício em agosto do mesmo ano (RUBIN, 2002; TANNER, 2002).

Ao entrar em guerra com a Índia britânica, uma vitória tática de Amanullah mostrou-se improvável, sobretudo em virtude da superioridade militar britânica no conflito, um dos fatores determinantes para tê-lo feito durar tão pouco. Contudo, a guerra serviu ao objetivo de desviar as críticas e insatisfações provenientes da ala conservadora, bem como ofereceu oportunidades de ganhos políticos e estratégicos. O tratado de paz negociado determinou que os britânicos cessassem o pagamento de subsídios ao Afeganistão e abdicassem do gerenciamento da política externa afegã. À medida que a influência britânica cedeu espaço, o Afeganistão foi capaz de adquirir o controle sobre seus próprios assuntos estrangeiros, sendo reconhecido como um Estado soberano e independente na Conferência de Paz de Paris, tornando-se, desta forma, um membro do sistema internacional e o único país muçulmano a ocupar um assento na Liga das Nações. Os britânicos, em contrapartida, obtiveram como ganho a reafirmação da Linha Durand como fronteira política, assunto que era foco de controvérsias entre ambas as nações há bastante tempo (DORRONSORO, 2005; RUBIN, 2002).

A fim de institucionalizar a soberania do Afeganistão, em 1921 seria promulgada a nova constituição afegã, visando o fortalecimento da legalidade estatal e a regulação das ações do governo (RUBIN, 2002). Entretanto, em termos globais, o reconhecimento da independência

² Refere-se ao massacre ocorrido contra manifestantes que reivindicavam a independência da Índia. Foi perpetrado pelos soldados do império britânico, em 13 de abril de 1919, na cidade de Amritsar, ao norte da Índia.

afegã acarretou no fim da ajuda militar e financeira proveniente da Grã-Bretanha. Fez-se necessário, desta forma, reverter o quadro isolacionista perpetrado por Abdul Rahman, cabendo a Amanullah abrir o país para o comércio e estimular a acumulação de capital. O interrompimento da ajuda britânica incentivou Amanullah a manter relações amigáveis com Lênin e a assinar, em 1920, o Tratado de Paz e Amizade com a URSS, passando a receber não apenas apoio financeiro, mas também aviões, armamentos, munições e ajuda técnica, estabelecendo uma relação de dependência similar à mantida anteriormente com os britânicos (MCCAULEY, 2002).

Também houve uma transição para a institucionalização do poder, ilustrada por dois exemplos. Primeiro, o tesouro real de 1922 distinguia entre as despesas pessoais do rei e as do Estado, além de uma constituição ser adotada em 1923. Em segundo lugar, a posterior constituição de 1964 previa um parlamento eleito e determinava que os membros da família real não pudessem mais ocupar o cargo ministerial. No que tange à política interna, Amanullah procurou desenvolver o país, primeiramente com a criação de um exército profissional – ponto fraco no Afeganistão desde a sua formação territorial –, além de estabelecer uma base doméstica para a acumulação de capital, o que se deu, sobretudo, por meio de um sistema regulado de coleta de impostos ligados à agricultura. Em uma extensão ainda maior que a administração civil, o exército era uma prioridade para o investimento do Estado afegão. O desenvolvimento de um exército nacional foi realizado em resposta ao estímulo das revoltas tribais que pontuaram o impulso do Estado em direção à centralização. A escravidão e o trabalho forçado também foram extintos, o que deixou líderes tribais e proprietários de terra bastante insatisfeitos, sendo o embrião para revoltas futuras. Amanullah também cunhou uma nova moeda para o país, o afghani, além de planejar novas redes de transporte, expandir as universidades e incentivar a participação de mulheres na vida pública (RUBIN, 2002).

No que se refere ao exército, em contraste com as ameaças internas, a proteção militar do Afeganistão contra as potências vizinhas sempre foi uma consideração secundária (RUBIN, 2002). As guerras contra os britânicos no século XIX, um elemento essencial na memória histórica do Afeganistão, foram travadas pelas tribos. O único envolvimento externo do exército, ainda em escala limitada, foi a guerra de independência contra a Grã-Bretanha, em 1919, e, mesmo nesse caso, foi necessária a assistência das tribos de Wazir e Mahmud, do Leste. Como em muitos países, o exército foi um elemento central na construção do Estado. Devido aos números que receberam treinamento, e como organização modelo, teve considerável influência dentro do aparato estatal. Sua evolução pode ser rastreada à luz de

duas questões: a modernização técnica e o recrutamento. Em vez de industrialização real, os emires buscaram inicialmente o avanço tecnológico no campo dos armamentos. A abertura às ideias ocidentais no século XIX foi aceita, mas em princípio limitada estritamente à esfera técnica e, em particular, à fabricação de armas, o que poderia melhorar o equilíbrio de poder do emir com o das tribos (DORRONSORO, 2005).

No final de 1927, após uma viagem à Europa, a oposição ao governo de Amanullah aumentou consideravelmente. Em virtude da dificuldade de acumular capital estrangeiro no país, a viagem de Amanullah objetivou a busca de apoio externo para investimentos em infraestrutura e tecnologia. Ao retornar, Amanullah anunciou seu novo pacote de reformas, as quais incluíam medidas bastante impopulares entre os grupos islâmicos conservadores, tais como o banimento do véu e da burca e a introdução de vestimentas ocidentais no país. As medidas foram veementemente rechaçadas pelos especialistas jurídicos e religiosos do Islã, que esboçaram críticas ao tom modernizador de Amanullah, questionando sua legitimidade como governante. Iniciou-se uma revolta em Jalalabade, cuja marcha direcionava-se à capital Cabul; grande parte do exército desertou, optando por não reagir aos manifestantes (MCCAULEY, 2002).

Com a intenção de regulamentar e institucionalizar as atividades estatais, Amanullah acabou por excluir diversas lideranças tribais ao longo do processo, as quais até o momento haviam exercido, de forma indireta, papéis significativos na administração estatal. Com a eclosão das revoltas, as lideranças tribais recusaram-se a fornecer ajuda, o que enfraqueceu o poder estatal e acentuou ainda mais o tribalismo no país, levando à perda do controle social. Assim, no começo de 1929, Amanullah abdicou oficialmente, exilando-se temporariamente na Índia; ele tentaria retornar ao Afeganistão mais tarde, mas sem encontrar apoio popular (RUBIN, 2002). Dado o vácuo de poder e sob a eclosão de uma guerra civil, Habibullah Kalakani tornou-se rei do Afeganistão; seu reinado, contudo, foi curto e ele logo foi substituído pelo General Nadir Khan, exilado anteriormente por Amanullah. A ascensão de Nadir ao poder foi apoiada pelos britânicos, preocupados com a onda de caos no país, porém satisfeitos com a renúncia de Amanullah. Nadir Khan manteve os ideais modernizadores, mas já governava sob um poder estatal extremamente enfraquecido, ao passo que o poder tribal se encontrava demasiadamente forte, o que impediu a implementação das mudanças almejadas por ele, bem como a manutenção da cobrança de impostos sobre a agricultura. Em 1933, Nadir Shah faleceu, deixando o poder para o filho, Mohammed Zahir (RUBIN, 2002; RUNION, 2007).

Quando Zahir ascendeu ao poder, o regime afegão já obtinha a maior parte de sua receita por meio de impostos sobre a terra. Pelas próximas duas décadas, o Estado ficaria sob o controle efetivo de dois dos tios paternos do rei: Mohammad Hashim Khan, Primeiro Ministro até 1946, e Shah Mohammad Khan, Primeiro Ministro de 1946 a 1953. Durante os seus mandatos, a base fiscal do Estado mudaria significativamente. Ainda em 1947, os britânicos se retiraram da Índia e houve o estabelecimento do Estado do Paquistão. O Afeganistão se opôs ao novo Estado desde o princípio, sobretudo porque incluía em seu território uma significativa parcela da etnia pashtun, o que, para os afegãos, poderia significar a reivindicação de uma nova nação pashtun – um “Pashtunistão” – que pudesse acabar incorporando o Afeganistão. Salvo as questões fronteiriças, a formação do novo Estado também redefiniu o cenário de parcerias comerciais e internacionais no pós-Segunda Guerra, uma vez que o Afeganistão ficou sem saída para o mar e o porto mais próximo seria o de Karachi, no Paquistão. Em virtude das tensões entre ambos os países, o governo afegão passou a buscar alternativas; a União Soviética, utilizando-se do contexto político, assinou um novo tratado com o Afeganistão, permitindo que o país exportasse seus produtos por meio do território soviético sem pagar impostos por isso. Seriam formadas, deste modo, as parcerias político-comerciais no sul da Ásia durante os anos 1950, onde Índia e Afeganistão receberiam ajuda soviética, e o Paquistão, por sua vez, ajuda norte-americana (RUBIN, 2002).

2.3 O DECLÍNIO DA LEGITIMIDADE ESTATAL E A REVOLUÇÃO DE SAUR

Na década de 1950 a realidade do Afeganistão como um componente do sistema internacional já era largamente aceita, bem como a sua dependência de Moscou no que se refere à obtenção de armamentos e recursos petrolíferos, constituindo, fora do mundo socialista, uma relação incomum. Em 1953, os impostos sobre a terra e a pecuária representavam apenas 14% da receita interna do governo; em contraste, 39% vinham de impostos sobre o comércio exterior, e mais 10% de vendas de ativos (MALEY, 2002). A década seguinte, durante a qual o primo de Zahir Shah, Mohammed Daoud, serviria como Primeiro Ministro viu uma mudança ainda mais dramática, em grande parte como resultado do cortejo de Daoud a apoiadores externos. Com isso, o Estado afegão tornou-se fraco e rentista, além de fortemente dependente da ajuda estrangeira e das vendas de gás natural que fazia à URSS. Ao contrário dos demais Estados petrolíferos, contudo, o Afeganistão não controlava seu próprio volume de vendas, muito menos a ajuda recebida. Em contrapartida, também foi a ajuda externa que possibilitou a consolidação de um exército moderno, além de financiar o mínimo desenvolvimento interno do país no que concerne à educação, saúde, indústria e

infraestrutura, proporcionando ao Estado a capacidade de investir em políticas de desenvolvimento (RUBIN, 2002).

Mohammed Daoud assumiu o cargo de Primeiro Ministro em 1953 e já na década seguinte a ajuda externa financiava inteiramente 49% dos gastos estatais, com a receita doméstica cobrindo apenas 38%. As implicações dessa mudança na base fiscal do Estado foram consideráveis. Um aforismo presciente do período Sassiano, registrado primeiro por Ibn Balkhi, diz que: “Não há reino sem exército, não há exército sem riqueza, não há riqueza sem prosperidade material e não há prosperidade material sem justiça” (MALEY, 2002, p. 14-15). Neste caso, a necessidade de oferecer justiça foi interrompida pelo apoio estrangeiro, que injetava riqueza para o uso direto do Estado. Daoud permaneceu no cargo até 1964, quando Zahir Shah optou por uma forma de governo mais representativa, a fim de convencer o povo e as forças políticas de sua legitimidade. A remoção de Daoud inaugurou no Afeganistão o período chamado de “Nova Democracia”, que começou com a elaboração de uma nova constituição afegã, a qual previa instituições com um forte teor democrático. Uma câmara baixa foi eleita e estava no centro de sua tentativa de instalar um novo sistema de governo, sobretudo excluindo a família real do poder Executivo. O governo visava um Estado mais independente dos poderes vinculados às tribos, à zona rural ou ao Islã; contudo, a vida política existia, de fato, apenas em algumas cidades, sobretudo concentrada na classe média intelectual, o que acabou criando novos vínculos de lealdade e dependência, ainda que as tribos estivessem distanciadas da administração política (RUBIN, 2002).

Em 1965, em um contexto de expansão dos ideais comunistas ao redor do globo, sobretudo entre os países que buscavam alternativas para superar questões como o subdesenvolvimento, foi fundado o Partido Democrático do Povo Afegão (PDPA)³. Na época, os partidos políticos no Afeganistão não eram organizações altamente estruturadas, mas serviam principalmente como fóruns de discussão. A capital era o centro da atividade política, embora alguns militantes fossem encontrados em cidades como Herat e Jalalabade. Na Universidade de Cabul, havia dezenas de grupos; essas organizações, que no início frequentemente vacilavam entre adotar o status de sindicatos estudantis ou de partidos políticos, geralmente concentravam-se na publicação de um periódico. No entanto, em um país amplamente analfabeto, o público alcançado pelas publicações era limitado. Em 1967, o PDPA se dividiu em várias facções, sendo as duas mais proeminentes a facção Khalq liderada por Nur Muhammad Taraki e Hafizullah Amin, ambos Ghilzai Pashtuns; e a facção Parcham,

³ Tradução de *Hezb-i-Demokratik-i-Khalq-i Afghanistan* (DORRONSORO, 2005).

liderada por Babrak Karmal, um Kabuli de descendência Durrani Pashtun. A cisma refletiria as divisões de etnia, classe e ideologia na sociedade afegã. Ainda que ambas as facções fossem ligados à União Soviética, os apoiadores do Khalq eram principalmente pashtuns da zona rural do Afeganistão, que incorporavam a crença de apoiar a classe trabalhadora. A facção Parcham, em contrapartida, era composta por cidadãos urbanos, os quais apoiavam a frente democrática socioeconômica, aliados à burguesia local, e com objetivo de uma transformação gradual da política. Embora ambas as divisões fossem consideradas extremas, o rei tolerava o Parcham e era mais indulgente com suas publicações do que com o Khalq. Karmal foi autorizado a publicar seu jornal, Parcham, de março de 1968 a julho de 1969, enquanto o rei Zahir baniu oficialmente o jornal Khalq, levando a acusações de que o Parcham pudesse ter uma associação oculta com o rei (RUNION, 2007).

Figura 3: Partidos Políticos no Afeganistão antes de 1978

Nome	Formação	Adesão	Ideologia	Líderes
<i>Hezb-i Demokratik-i Khalq-i Afghanistan</i>	1965 (dividido em Khalq e Parcham, 1967)	<i>Falantes de persa para o Parcham. Falantes Pashtun para o Khalq</i>	<i>Comunista</i>	<i>Nur Muhammad Taraki, Babarak Karmal</i>
<i>Sazman-i Jawanan-i Mosalman</i>	1968	<i>Zona urbana (Cabul)</i>	<i>Islâmico</i>	<i>Abdul Rahim Niazi</i>
<i>Shola-yi Jawid</i>	1968	<i>Zona urbana (Cabul, Herat, Mazar-i Sharif) Xiitas, Hazaras</i>	<i>Maoísta</i>	<i>Osman Landay e Família Mahmudi</i>
<i>Afghan Mellat</i>	1966	<i>Zona urbana, Pashtuns</i>	<i>Nacionalista Pashtun</i>	<i>Gholam Muhammad Farhad</i>
<i>Hezb-i Demokrat-i Mottaraki</i>	1966	<i>Elites urbanas</i>	<i>Social Democrata</i>	<i>Hashem Maywandwal</i>

Fonte: DORRONSORO, 2005.

Eleições relativamente livres foram realizadas entre 1965 e 1969 e até 1973 uma série de intelectuais ocupou o cargo de Primeiro Ministro. Os juristas responsáveis pela redação da Constituição se orgulharam de suas dimensões progressistas e os interessados em política

desfrutaram de mais liberdade do que nunca. No entanto, a nova ordem não conseguiu garantir legitimidade por motivos legais-rationais. A política, na ausência de partidos formalizados, mostrou-se desordenada e ineficiente; mais seriamente, a burocracia afegã mostrou-se disfuncional. Além disso, os funcionários públicos afegãos eram mal pagos, sendo a corrupção e o peculato fatos aceitos da vida burocrática cotidiana. Problemas semelhantes existiam no que se refere aos campos e zonas distantes da capital, onde o governo se deparava com estruturas políticas nativas e onde seus próprios agentes não eram bem respeitados. Os problemas de corrupção financeira foram agravados pelo nepotismo generalizado, que viu as relações patrão-cliente sobrepujarem a competência e a dedicação como caminhos para o avanço. Nas forças armadas, isso teve consequências mortais, já que os jovens pashtuns que não ocupavam cargos de elite no corpo de oficiais encontraram seu caminho para as missões de promoção hierárquica bloqueado pelo antigo círculo interno de pashtuns próximos à família real (MALEY, 2002).

Essas fraquezas chegaram ao auge em 1972. O Afeganistão foi atingido pela fome, o que evidenciou ainda mais as inadequações do regime. Excluído anteriormente do poder pelo primo Zahir Shah, que seria exilado na Itália, Daoud encabeçou um golpe de Estado em julho 1973, anunciando a República como o novo regime político afegão e se autoproclamando presidente. O regime republicano de Daoud enfrentou problemas significativos desde o início. Seu golpe havia comprometido a legitimidade do Estado em maior medida do que inicialmente era aparente. Para os afegãos comuns, para quem os governos da fase posterior à “Nova Democracia” haviam sido desacreditados por seu lamentável desempenho, a mudança de regime acabou por não parecer tão impressionante; afinal, Daoud era membro da família real e tinha uma longa história de atividade política, além de não aprofundar o plano de democracia iniciado por Zahir Shah (RUBIN, 2002; MALEY, 2002).

Ao longo de seu mandato de cinco anos como presidente do Afeganistão, o relacionamento de Daoud com a União Soviética e os comunistas internos afegãos se deteriorou gradualmente, sobretudo a partir de 1974. Isso ocorreu em parte devido à mudança de Daoud para o lado direito do espectro político e sua tentativa de distanciar o Afeganistão do comunismo. No entanto, o Afeganistão continuou ao lado dos soviéticos durante todo o voto representacional nas Nações Unidas. Sem dúvida, os soviéticos haviam sido o principal provedor de assistência e apoio ao Afeganistão e, como tal, o país teve grande influência na interação econômica, política e social com os demais países. Daoud ainda defendia sua estratégia econômica, a qual era centrada no Estado em um período de sete anos, de 1976 a 1983, que, para ter sucesso, exigiria uma grande quantidade de ajuda externa. Desde que

Daoud deixou de aceitar apoio econômico e militar dos soviéticos, o Afeganistão procurou construir relacionamentos com outros países, incluindo os países ricos em petróleo, como Arábia Saudita, Iraque e Kuwait, para fornecer apoio financeiro; à Índia por maior apoio militar; e ao Irã pela assistência no desenvolvimento econômico (RUNION, 2070).

Seu governo marcou o desaparecimento não apenas de um rei, mas de um sistema monárquico em geral, que oferecia pelo menos a aparência de uma regra para a sucessão pacífica à autoridade política. Mas a burocracia sob Daoud não era mais eficiente do que sob o rei e as reivindicações do regime à autoridade tradicional eram escassas. Assim, viam-se três táticas predominantes, à medida que Daoud procurava assegurar sua posição nas áreas urbanas e no alto comando do Estado: a primeira foi o aumento do uso de coerção. Sob Daoud, o governo afegão construiu a maior prisão da Ásia, em Pul-e Charkhi, nos arredores de Cabul. Seus opositores, mais notavelmente o ex-Primeiro Ministro Muhammad Hashem Maiwandwal, perderam suas vidas sob custódia do regime. A segunda foi a tentativa de revestir a tomada de poder de Daoud usando a “revolução” como pretexto. Essa era uma retórica muito perigosa para se injetar no discurso político afegão, não apenas porque permitia a reflexão sobre a necessidade de uma “revolução” maior e melhor do que a Daoud tentava, mas também porque o abismo entre a retórica revolucionária e a realidade dos negócios, como de costume, sob uma elite pashtun nepotista, expôs as reivindicações do regime como mera propaganda. Por fim, a terceira tática usada por Daoud foi trabalhar em coalizão com outras forças políticas, notadamente o grupo comunista Parcham, de quem recebeu apoio durante o golpe. No curto prazo, isso o ajudaria a derrubar a monarquia, mas em longo prazo contribuiria materialmente para sua própria queda e morte (MALEY, 2002).

Somado a isso, tem-se o contexto político internacional, o qual também experienciava mudanças e acontecimentos capazes de moldar as interações entre os países. A exemplo do *boom* do petróleo, em 1973, marcado pela alta dos preços dos barris e pelo acentuado fluxo de petrodólares destinados aos países produtores, o que também beneficiou o Afeganistão, uma vez que aumentou suas vendas de gás natural. Foi nesse cenário que o Irã buscou efetivar-se como uma potência regional, o que acabou por beneficiar Daoud, tendo em vista que o Irã poderia ser uma alternativa à URSS em relação à saída para o mar e o escoamento da produção (VISENTINI, 2014). O Paquistão e a Arábia Saudita estreitaram seus laços comerciais no que seria uma reorientação da política externa paquistanesa, algo que posteriormente traria prejuízos ao Afeganistão. No que se refere aos Estados Unidos, houve um distanciamento significativo entre o país e o continente asiático, sobretudo por conta do fracasso na Guerra do Vietnã, em 1975; diferentemente da União Soviética, que, ao

aproximar-se do Terceiro Mundo, assumia um maior protagonismo e ativismo no cenário internacional (HOBSBAWM, 2012).

Em 1977 Daud promulgou uma nova constituição afegã, diminuindo liberdades civis e estabelecendo a existência de apenas um único partido, o que gerou insatisfação não só entre os setores de esquerda, com quem havia se aliado, como também entre os militares que o ajudaram a chegar ao poder. Líderes religiosos que também se mostraram insatisfeitos sofreram uma forte repressão, sendo obrigados a buscar refúgio no vizinho Paquistão, onde planejavam conspirações contra Daoud. Foi neste panorama político que, em 27 de abril de 1978, Daud e sua família foram depostos e assassinados pela oposição marxista, no episódio conhecido como a Revolução de Saur – referente ao mês de abril no calendário afegão –, sendo proclamada, então, a República Democrática do Afeganistão (MALEY, 2002; RUBIN, 2002; MCCAULEY, 2002).

3 O CONTEXTO SOVIÉTICO E AS RELAÇÕES COM O AFEGANISTÃO

O Afeganistão figurava na zona de influência da União Soviética desde os anos 1950. No sistema soviético maduro, às vésperas da intervenção no Afeganistão, o governo, baseado no Conselho de Ministros e nos ministérios e comitês estaduais pelos quais seus membros direcionavam a política, seguiu diretrizes amplamente determinadas pela liderança do Partido Comunista, ao qual, de acordo com o Artigo 6 da Constituição de 1977, foi formalmente atribuído o papel de “guia e força dirigente” da sociedade soviética (MALEY, 2002).

Com quase 17 milhões de membros, o partido deixou de ser de vanguarda, mas a filiação partidária continuava sendo o ponto de partida para aqueles que desejavam fazer parte da elite. Enquanto organizações partidárias primárias existiam a níveis de locais de trabalho, e um “Congresso” era realizado aproximadamente a cada cinco anos, o poder real estava localizado na burocracia profissional do partido, a Secretaria (com seus próprios departamentos), no Comitê Central, o qual se reunia várias vezes ao ano, e no Politburo (Bureau político) do Comitê Central, que reunia os líderes soviéticos, no que seria uma espécie de Gabinete. O líder-chave era o principal secretário do partido, conhecido de 1952 a 1966 como o Primeiro Secretário, e após 1966 como Secretário Geral. O poder de um Secretário Geral tendia a crescer durante seu mandato em comparação com o que era no início, bem como as ferramentas de patrocínio à sua disposição lhe permitiam promover aqueles que acreditava serem apoiadores. Após 1953, contudo, esse poder deixou de ser

absoluto, ficando cada vez mais circunscrito a uma série de restrições normativas e prudenciais (RUBIN, 2002).

As relações internacionais da Rússia após a revolução bolchevique de 1917 seguiram um caminho sinuoso. O desejo inicial dos bolcheviques de que sua revolução fosse replicada nos Estados capitalistas da Europa Ocidental não foi concretizada e, com a morte de Lênin em 1924, Joseph Stalin consolidou sua posição dentro da liderança soviética, posicionando-se em prol do compromisso com o “socialismo em um só país”, o que logo se tornaria a política oficial soviética. Isso não significava, no entanto, que a nova liderança da URSS não tivesse uma política externa. Pelo contrário, manteve-se o interesse pelo que estava ocorrendo em seus vizinhos imediatos, sendo um deles o Afeganistão. Isso ocorreu, em parte, porque a Ásia Central permaneceu como uma área em que o poder bolchevique era contestado, ainda que em escala decrescente à medida que os anos 1920 chegavam ao fim (MALEY, 2002; WESTAD, 2007).

Durante o período de Stalin, as relações soviético-afegãs permaneceram com baixa relevância. Já ao final da década de 1930, a liderança soviética ficou cada vez mais alarmada com a ameaça representada pela Alemanha nazista, e, a partir junho de 1941, com o prosseguimento da guerra contra os invasores nazistas – uma guerra, como já mencionado, na qual o Afeganistão permanecia neutro. Posteriormente, os interesses de Moscou concentraram-se em teatros de competição direta com as potências ocidentais, notadamente na Europa, no leste da Ásia e – na medida em que o Oriente Médio atraiu os interesses soviéticos – no Irã, que durante a Segunda Guerra Mundial havia sido dividido em esferas de influência soviética e britânica. Em 1953, no entanto, dois eventos importantes marcaram o período. Primeiro, a morte de Stálin, o qual não deixava nenhum sucessor designado, cabendo a Nikita Khrushchev assegurar a posição de Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista. Khrushchev consolidou sua posição ao adotar novas ações políticas, em um processo que culminou em sua denúncia do “culto da personalidade” de Stálin ao vigésimo Congresso do Partido, em fevereiro de 1956. O segundo evento deu-se no Afeganistão e consistiu-se justamente na nomeação de Mohammad Daoud ao cargo de Primeiro Ministro. Comprometido com um programa de construção do Estado, Daoud reconheceu a necessidade de aceitar recursos externos a fim de concretizar seus planos. Assim, com a mudança de liderança em Moscou, a União Soviética surgiu como um fornecedor em potencial (RUBIN, 2002; MALEY, 2002).

Khrushchev deveria desenvolver uma abordagem de política externa que mostrasse alguma sensibilidade às configurações cambiantes da política mundial. Em 1955, uma

conferência em Bandung, na Indonésia, cujo afegão Said Qassem Reshtia representava o Afeganistão, marcou o nascimento do que veio a ser conhecido como o Movimento dos Países Não-Alinhados. Atento às oportunidades oferecidas, Khrushchev desenvolveu uma nova teoria das relações internacionais que, além de propor a possibilidade de “coexistência pacífica” entre países socialistas e capitalistas, reuniu países socialistas e em desenvolvimento em uma “Zona de Paz”. Essa inovação teórica abriu as portas para o envolvimento direto entre a URSS e o mundo em desenvolvimento. Mais concretamente, em dezembro de 1955, ele e o presidente do Conselho de Ministros da União Soviética, Nikolai Bulganin, fizeram uma visita oficial a Cabul, a primeira de um líder soviético (WESTAD, 2007).

Durante o período Brezhnev, contudo, desenvolveu-se uma semi-convenção sobre a necessidade de consulta como parte do processo de formulação de política externa. Isso, em parte, refletia a propensão de Brezhnev para a construção de consenso, mas também o fato de que ele ainda não havia estabelecido uma posição de domínio seguro dentro da liderança. A decisão de intervir no Afeganistão foi uma mudança em relação ao modelo anterior, em parte porque a posição de Brezhnev na liderança havia mudado, mas também porque os especialistas acerca de política afegã não estavam proeminentemente representados na comunidade de especialistas em política externa (MALEY, 2002).

No contexto de substancial indiferença dos Estados Unidos ao Afeganistão – Washington demonstrou pouco interesse em cultivar Daoud desde que ele prosseguiu com uma disputa fronteiriça com o Paquistão, então aliado norte-americano – e dadas as relações prévias entre ambos os países, isso estabeleceu o cenário para uma maior penetração soviética no Afeganistão. Segundo Maley (2002), isso ocorreu em dois aspectos vitais: o primeiro foi militar; ainda em julho de 1956, por exemplo, a URSS concordou com um empréstimo de US\$ 32,4 milhões para o Afeganistão para fins militares. Além disso, funcionários afegãos haviam recebido treinamento militar na URSS e o russo já era a linguagem técnica oficial das forças armadas afegãs. A segunda esfera de penetração foi a econômica. O Afeganistão passou a ocupar uma posição atrás apenas da Índia e do Egito como receptor de ajuda econômica soviética, que em 1979 totalizava aproximadamente US\$ 1,265 bilhão. No ano do golpe comunista que depôs Daoud, cerca de 2.000 especialistas técnicos e econômicos soviéticos estavam trabalhando no Afeganistão. O efeito líquido foi promover as indústrias que mais prontamente comercializariam sua produção na URSS, como frutas e gás natural, o que tornava a economia afegã cada vez mais dependente (MALEY, 2002).

3.1 DO GOLPE DE 1978 À DECISÃO DE INTERVIR

As tentativas de Daoud de renovar e melhorar o governo aderindo a reformas econômicas e sociais não foram bem-sucedidas, e a nova Constituição promulgada em fevereiro de 1977 não fez nada para estabilizar a volatilidade política do país. Esse caos resultou na ação da ala extremista do PDPA, o Khalq, anteriormente banido. Com a estrutura política, econômica e social do Afeganistão virada às avessas, o PDPA realizou com êxito um golpe de Estado em abril de 1978. Após o assassinato de Mir Akbar Khayber, membro do PDPA, o funeral serviu como local de encontro para os comunistas afegãos, com cerca de 30.000 pessoas reunidas para ouvir o discurso dos líderes Taraki e Babrak Karmal. Impressionado com a manifestação coletiva e com a unidade da multidão, Daoud ordenou a prisão dos dois líderes, mas não o fez imediatamente devido ao equívoco de considerar o Parcham como a ameaça mais iminente (RUNION, 2007; MALEY, 2002).

O golpe de abril começou com tropas e tanques no Aeroporto Internacional de Cabul. Unidades insurgentes se formaram em torno da capital e, ao longo do dia, o número de unidades rebeldes aumentou constantemente em toda a cidade. Dentro de 24 horas, o Presidente Daoud e sua família foram mortos no Palácio Presidencial. Os planos foram executados enquanto todos os líderes civis do PDPA estavam presos e puseram fim ao domínio iniciado por Ahmad Shah Durrani há mais de 230 anos. Sob controle do regime comunista, Nur Muhammad Taraki tornou-se presidente do Conselho Revolucionário e Primeiro Ministro da República Democrática do Afeganistão, apoiada pelos soviéticos; Hafizullah Amin tornou-se Ministro das Relações Exteriores e Babrak Karmal foi nomeado vice Primeiro Ministro. No entanto, essa mistura entre ativistas do Parcham e do Khalq não fez muito para superar o antagonismo latente entre os dois grupos, que ressurgiria em questão de poucos meses (RUNION, 2007). Apesar de circularem especulações nos círculos sociais afegãos de que a URSS orquestrou o golpe, nenhuma evidência direta credível surgiu posteriormente para validar essa afirmação. Além disso, nos três dias que sucederam ao ocorrido, a Agência Oficial de Notícias soviética se referiu aos eventos em Cabul como um golpe, em vez de uma revolução popular. A posição, vindo de um meio oficial controlado, em um Estado que atribuía grande importância a excelentes distinções ideológicas, foi um indicador notável do papel limitado de Moscou nos eventos em Cabul (MALEY, 2002).

Uma das causas centrais da divisão entre Khalq e Parcham, além das diferenças pessoais entre Amin e Karmal, foi o fato de que os líderes do PDPA não estavam remotamente prontos para governar um país, muito menos efetivar os ambiciosos planos contidos em sua

plataforma. Para isso, precisariam de uma burocracia estatal coesa e legítima, bem como uma onda de apoio a suas ideias, requisitos que não possuíam. Seu regime começou coercitivo e, às vésperas da invasão soviética, foi substancialmente repudiado. A falta de quadros qualificados significava que os planos do partido não tinham a perspectiva de serem aplicados de forma abrangente e, por essa razão, os ativistas do Parcham preferiram uma abordagem mais gradualista. Isso não amenizou a situação com os membros do Khalq; para eles, esmagar a velha ordem era um fim em si mesmo. Publicado no jornal Khalq, em abril de 1966, a plataforma do partido proclamou que o “atraso dos séculos passados” deveria ser eliminado “dentro da expectativa de vida de uma geração” (MALEY, 2002, p. 29).

O objetivo do partido Khalq era reformar completamente o Afeganistão sob uma agenda socialista – se não de bom grado, então pela força. A luta interna entre os dois partidos levou ao banimento de Babrak Karmal e, além disso, à prisão e execução de muitos apoiadores do Parcham, incluindo membros da elite afegã, associados religiosos e parte da comunidade intelectual. Através de um decreto, o regime procurou concretizar amplas reformas agrárias e um reordenamento das relações de gênero. O pacote de reforma agrária, contudo, era irrealista, pois ignorava tanto as necessidades dos nômades quanto a importância do fornecimento de água e sementes, uma vez que foram instituídas rapidamente e sem documentação ou precisão, sendo desencorajadas pela confusão nos sistemas bancário e jurídico. Ao passo que o decreto relativo às mulheres era visto como uma interferência ateísta nos principais rituais islâmicos. As reformas objetivavam destruir as estruturas de poder na fronteira e educar os camponeses para que eles pudessem apoiar o partido, mas elas não levaram em conta os costumes da estrutura ou formação social afegã e, como resultado, ofenderam profundamente os arranjos tribais e familiares no Afeganistão (MALEY, 2002; RUBIN, 2002).

Nenhuma dessas áreas estava imune a reformas bem planejadas e cuidadosamente executadas, mas foi, sobretudo, a abordagem imediatista do Khalq que iniciou uma tempestade, combinada à realidade subjacente e enfatizada por Rubin (1995) de que “a escolha que coube aos camponeses não foi entre dominação e exploração, de um lado, e liberdade e igualdade, de outro. A escolha foi entre líderes conhecidos, com quem compartilhavam muito, e líderes não conhecidos, que acreditavam em uma ideologia distinta e que demonstravam, por suas ações, que não poderiam ser confiáveis” (RUBIN, 1995, p. 119). O regime foi implacável no uso da força; no entanto, essa coerção não fragmentou a oposição crescente, em vez disso, no contexto de fortes normas preexistentes de solidariedade social,

também ignoradas, simplesmente levou a uma intensificação da resistência ao regime (MALEY, 2002).

A primeira crise verdadeiramente aguda do regime veio com a revolta de Herat, em março de 1979, e isso fez com que a liderança soviética começasse a se concentrar mais cuidadosamente nos eventos que ocorriam no Afeganistão; a reação soviética nesta época foi de crescente alarme, inicialmente silenciado por uma cautela bem fundamentada. A revolta em massa começou em Herat com um motim na 17ª Divisão do Exército Afegão, em 15 de março, em resposta à brutalidade do Khalq. Membros do partido e conselheiros soviéticos foram atacados até que os soldados trazidos de Kandahar pudessem restabelecer o controle do regime. Taraki recorreu aos soviéticos, solicitando que suas tropas cessassem a revolta, o que acabou por desencadear uma grande discussão no Politburo a respeito da situação no Afeganistão. A transcrição desta discussão tem um interesse histórico bastante considerável; para a liderança soviética em 1979, teria parecido quase inconcebível que os registros de suas discussões um dia fossem publicados, e embora suas observações ainda devam ser interpretadas à luz de seus propósitos e estratégias individuais, elas oferecem uma imagem muito menos distorcida de seu pensamento na época do que as memórias. Em 17 de março, o Ministro de Negócios Estrangeiros soviético, Gromyko, apresentou uma imagem sombria da situação, afirmando que o número de insuficiências era de milhares, estabelecendo como proposta fundamental que “em circunstância alguma podemos perder o Afeganistão” (HERSHBERG, 1996-97, p. 97). Contudo, Aleksei Kosygin, Presidente do Conselho de Ministros, em uma reunião com Taraki em Moscou, em 20 de Março, definiu a posição da liderança soviética no momento:

“O desdobramento de nossas forças no território do Afeganistão imediatamente despertaria a comunidade internacional e provocaria consequências multifacetadas desfavoráveis... Gostaria de salientar mais uma vez que a questão de mobilizar as nossas forças foi examinada por nós em todas as direções; estudamos cuidadosamente todos os aspectos dessa ação e chegamos à conclusão de que, se nossas tropas fossem introduzidas, a situação em seu país não apenas não melhoraria, como também pioraria. Não se pode negar que nossas tropas teriam que lutar não só com agressores estrangeiros, mas também com parte do seu povo. E o povo não perdoa tais coisas (HERSHBERG, 1996-97, p. 147).”

A partir de 1979 ocorreu uma série de eventos que fundamentalmente mudaram a abordagem soviética em relação ao Afeganistão. Em uma sequência de ataque e contra-ataque, Amin, manobrou o caminho para ser Primeiro Ministro em março de 1979, removendo Taraki,

que foi posteriormente assassinado. Dado que Taraki havia se encontrado com Brezhnev a caminho de uma reunião em Havana durante o Movimento Não-Alinhado no início do mês, isso era uma afronta considerável à liderança soviética e a Brezhnev em particular (HALLIDAY, 1999). O breve período de ascensão de Amin é amplamente reconhecido pelos afegãos como um dos piores da história moderna do Afeganistão, já que ele não possuía estratégia para a consolidação interna além da aplicação do terror. A relação entre Amin e os soviéticos deteriorou-se acentuadamente e, deste ponto em diante, a possibilidade de uma intervenção soviética no Afeganistão começou a ganhar forma (WESTAD, 1994).

Isso foi impulsionado por diversos fatores, os quais se reforçaram mutuamente; em primeiro lugar, o processo de tomada de decisão carecia de certos freios e contrapesos necessários para que se evitasse uma catástrofe iminente, como a consulta a especialistas, o que não houve de fato. Em segundo lugar, a liderança soviética carregava um pesado fardo de memória histórica, tendo em vista a intervenção na Hungria, em 1956. Após a invasão soviética na Tchecoslováquia, em agosto de 1968, a Doutrina Brezhnev afirmou a responsabilidade comum dos Estados socialistas de combater as ameaças ao socialismo em qualquer Estado da comunidade, um objetivo que também pode ser contabilizado à decisão de intervir no Afeganistão (ARNOLD, 1983). Em terceiro lugar, neste período a União Soviética já estava muito mais voltada aos desdobramentos no chamado Terceiro Mundo, enfatizado pelo modelo khrushcheviano, que realocou os países socialistas e em desenvolvimento, além de desencadear um extenso debate teórico a respeito. Mas em quarto lugar, a liderança soviética tinha pouca compreensão da provável reação afegã. A Hungria e a Tchecoslováquia foram precedentes cujas estruturas sociais e políticas diferiam radicalmente daquelas encontradas no Afeganistão. Quando os soviéticos intervieram no país, os diferentes povos do Afeganistão estavam à beira de serem completamente despertados, e foi esse desafio que a estratégia e as táticas soviéticas mostraram-se inadequadas para enfrentar (MALEY, 2002; RUNION, 2007).

Em Moscou, o governo soviético desejava urgentemente remover Hafizullah Amin e substituí-lo por Babrak Karmal, mas considerando-se o cenário interno no Afeganistão, já haviam percebido que isso não poderia ser alcançado apenas com ataques aéreos e que tropas terrestres também seriam necessárias. No início de dezembro, as tropas soviéticas já se encontravam em torno do aeroporto de Cabul e na base aérea de Bagram, posteriormente marchando rumo às províncias de fronteira. Em 27 de dezembro, os soviéticos já haviam se infiltrado com sucesso em vários batalhões com força militar suficiente para concretizar a intervenção no país e no dia primeiro de janeiro de 1980, 1.000 veículos militares haviam sido

enviados para o Afeganistão e mais de 50.000 soldados soviéticos, o que aumentaria no mês seguinte para 85.000, constituindo o chamado 40º Exército da URSS (MALEY, 2002).

3.2 ESTRATÉGIAS, TÁTICAS E DILEMAS

Tendo optado por injetar suas forças armadas em um teatro de operações pouco promissor, a liderança soviética foi imediatamente confrontada com uma série de opções relacionadas à estratégia a ser seguida no Afeganistão e às táticas militares que melhorariam essa estratégia. Em particular, a estratégia adotada era em parte um produto da ideologia, cultura e interesses de longo prazo, mas, sobretudo, um produto da improvisação. A União Soviética estava bem equipada em termos de doutrina para direcionar seu comportamento no caso de uma guerra termonuclear ou uma grande guerra interestadual convencional. No entanto, a doutrina de contra insurgência da URSS era significativamente empobrecida (MCMICHAEL, 1991; VAN DYKE, 1996). Isso se deu, em grande parte, porque o marxismo clássico achou difícil chegar a um acordo com identidades diferentes daquelas baseadas na ideia de classe. Além disso, com exceção da guerra civil de 1918–1920 e da rebelião dos Basmachi entre os anos 1920 e 1930, as experiências dos líderes militares e civis soviéticos tinham sido em grande parte de guerra interestadual convencional ou um planejamento para ela; já a União Soviética no final dos anos 1970 era simplesmente um Estado muito vasto para ser ameaçado em qualquer sentido significativo por uma insurgência dentro de seu próprio território (MALEY, 2002).

Como resultado, a atividade de contra insurgência recebeu muito pouca atenção e os comandantes de campo seguiram caminhos inadequados de ação, com forças mal organizadas nesse sentido. Foi somente em 1983 que as tropas soviéticas do 40º Exército desenvolveram uma força de contra insurgência adequadamente integrada a um comando descentralizado, além de táticas não lineares baseadas em operações independentes conduzidas em nível de brigada e batalhão (VAN DYKE, 1996). A força de invasão soviética consistia em uma mistura de pessoal de Infantaria Aerotransportada e Motorizada e não foi especialmente criada para se ajustar à situação no Afeganistão. Em vez disso, refletia o que poderia ser rapidamente reunido para o propósito da invasão, e para os objetivos imediatos de garantir a impenetrabilidade das forças insurgentes na capital, assegurar as principais bases militares e as principais estradas. Esses objetivos – em grande parte de curto prazo – tornaram-se, por sua vez, os objetivos políticos em torno dos quais a estratégia soviética foi construída. Assim, em vez de se promover a expansão do controle territorial de um regime ameaçado, enfatizava-se a insistência apenas em alguns núcleos ativos. Quanto ao período de permanência das tropas em

solo afegão, Karmal declarou brevemente após a invasão que esperava que as forças soviéticas permanecessem no Afeganistão por apenas seis meses (HALLIDAY, 1999).

O objetivo político primordial da URSS ao enviar forças para o Afeganistão consistia em revitalizar um regime mal sucedido de orientação marxista. Medidas voltadas para esse fim figuraram proeminentemente nas discussões entre o chefe da KGB, Karmal e seus associados no Afeganistão no início de 1980. Em 07 de fevereiro de 1980, ele informou ao Politburo que “ênfaticamente a necessidade de estabelecer uma genuína união partidária”, bem como “o aumento da prontidão militar do exército, fortalecendo as relações do partido e do governo com as massas, instituindo uma vida econômica normal no país e estimulando as atividades de política externa do Afeganistão de acordo com as demandas da situação” (HERSHBERG, 1996-97, p. 165-166).

O papel das tropas soviéticas foi claramente exposto em um relatório do Politburo de 07 de abril de 1980, definindo como tarefas “defender o regime revolucionário na RDA [República Democrática do Afeganistão], defender o país de ameaças externas, incluindo a vedação das fronteiras do país junto às forças afegãs, garantindo a segurança dos grandes centros e comunicações, e também construindo e fortalecendo a prontidão de combate das forças armadas afegãs”. O relatório prosseguia, afirmando que “somente quando a situação no Afeganistão se estabilizasse, e a situação em torno do país melhorasse, e somente a pedido da liderança do RDA, poderia ser considerada a questão da eventual retirada das tropas” (HERSHBERG, 1996-97, p. 171).

Assegurar os centros de importância política era um objetivo óbvio desde o momento da intervenção, sendo a capital Cabul o foco de maior importância. Como aponta Maley (2002), “as capitais não possuem necessariamente uma importância militar ou econômica fundamental, mas seu significado no que tange ao simbolismo político é bastante profundo” (MALEY, 2002, p. 44). Assim, a garantia de Cabul era de importância indiscutível; contudo, outros centros urbanos também eram vitais para o controle: Herat, junto com Kandahar, Jalalabade e Mazar-e Sharif. Apesar da existência de aeroportos em todas essas cidades, a manutenção do controle sobre elas também requeria efetivamente o controle das estradas que as conectavam (MALEY, 2002).

Quanto ao exército afegão, transformá-lo em uma força de combate em nome do regime era uma tarefa igualmente dura e complexa. As forças armadas recebiam uma grande quantidade de equipamentos, muitos deles inadequados, sobretudo para as necessidades de contra insurgência, mas seus problemas morais e de pessoal eram intratáveis. Em sistemas políticos altamente institucionalizados, há um quadro de regras para assegurar a obediência

daqueles recrutados para o serviço militar. Em uma situação fluida como a do Afeganistão após a invasão soviética, os mecanismos de aplicação de regras seguiram uma tendência natural a se desintegrar, e a evasão do recrutamento tornou-se uma opção realista. Onde há uma nação unida em prol de uma causa, esse problema torna-se secundário, tendo em vista que se pode contar com voluntários confiáveis para reabastecer a mão-de-obra do Exército. Onde os reservatórios de legitimidade de um regime são baixos, contudo, o resultado tende a ser uma crise de eficiência militar. Para Halliday e Tanin (1998) a invasão soviética enfraqueceu grandemente as forças armadas (HALLIDAY e TANIN, 1998). A análise de Giustozzi (2000) sugere como razão para isso que “para o afegão comum era difícil imaginar por que ele deveria lutar por uma revolução que significava problemas para ele e para sua família” (GIUSTOZZI, 2000, p. 108). Além disso, as forças armadas afegãs continuavam a ser atormentadas pela rivalidade Khalq-Parcham e, ainda que Karmal fosse Parchami, a expulsão dos membros do Khalq não era uma opção realista, uma vez que deixaria um vácuo muito grande no corpo de oficiais. Em suma, a tarefa de pôr em prática um regime viável, tão simples em teoria, provou, na prática, ser de grande dificuldade (MALEY, 2002; DORRONSORO, 2002).

A preocupação de Andropov, chefe de KGB por fortalecer as relações do partido e do governo com as massas era ostensivamente bem julgada e, em outras circunstâncias, descreveria um caminho frutífero para os soviéticos e o regime Karmal seguirem. No entanto, havia uma profunda tensão entre, por um lado, a busca de tal abordagem pelo regime e, por outro lado, a dependência do regime do apoio militar soviético. O exército soviético utilizou de força coercitiva a fim de consolidar a posição de Karmal; deste modo, quanto mais isso acontecia, mais comprometida ficava a capacidade da Karmal de exercer a dominação legítima, uma vez que o que a coerção conquistava tratava-se apenas de uma conformidade prudencial, sendo um substituto precário para o apoio popular genuíno (MALEY, 2002).

Andropov não possuía um total entendimento a respeito das bases de apoio normativo genuíno. Nenhum político soviético até o advento do cargo de Secretário Geral de Mikhail Gorbachev, em 1985, estava disposto a enfrentar o desafio da opinião pública, e Andropov foi especificamente encarregado de impedir qualquer explosão de julgamento político espontâneo por parte das massas. Se a estratégia soviética sofria com a natureza intratável da situação política no Afeganistão, o mesmo acontecia com as táticas de combate, pois o “sucesso” em termos de objetivos táticos imediatos contribuía para o “fracasso” no sentido político mais amplo. Isso refletia certa dificuldade, sobretudo por parte dos comandantes de campo soviéticos, em montar uma campanha no Afeganistão rural, em grande parte porque a natureza

de suas operações de campo os prejudicou aos olhos dos afegãos comuns (GIUSTOZZI, 2000; MALEY, 2002).

A União Soviética enfrentou quatro grandes dilemas como resultado de seu compromisso no Afeganistão. Esses dilemas combinaram-se para criar uma situação que, na melhor das hipóteses, exigia uma administração política hábil, e, na pior das hipóteses, tinha o potencial de corroer a legitimidade do regime, se não ao nível das massas, pelo menos aos olhos dos quadros ascendentes. O primeiro dilema surgiu da impopularidade doméstica da guerra na URSS. A efetividade da KGB na época da invasão fez com que a “opinião pública” parecesse uma restrição irrelevante, sendo seus críticos silenciados, seja por exílio interno ou outros meios. Como aponta Maley (2002), mesmo em sistemas altamente autocráticos, a desafeição pública significativa pode vir a restringir as opções a serem exercidas pelos líderes políticos. As atitudes em relação à guerra no Afeganistão serviram para provocar mudanças políticas mais amplas e, em seguida, uma reconsideração da sabedoria do próprio compromisso. Em 1984, ativistas de direitos humanos em Moscou conduziram uma pesquisa, relatada na revista emigrante *Strana-i-mir*, que concluiu que 62% dos entrevistados não apoiavam a guerra e 41% dos membros do Partido Comunista na amostra também não (Departamento de Estado dos EUA, 1985).

Nesse contexto, é notável que a mídia soviética nos primeiros anos de guerra, longe de usar o Afeganistão como plataforma para a promoção do fervor patriótico, disse pouco a respeito (BROXUP, 1988). Administrar os custos humanos e materiais da guerra para a URSS constituiu o segundo grande dilema de Moscou. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, em um discurso ao 27º Congresso do Partido em julho de 1990, afirmou que os custos da guerra eram de 60 bilhões de rublos, excluindo-se “vítimas humanas e os demais feridos” (BBC, julho de 1990). Quanto aos custos humanos, as estatísticas publicadas após a retirada das forças soviéticas apontaram para uma mortalidade significativa. Entre 25 de dezembro de 1979 e 15 de fevereiro de 1989, mais de treze mil soldados soviéticos foram mortos ou morreram em virtude de ferimentos e doenças, sendo a grande maioria deles menor de vinte anos de idade. Tais perdas, contudo, não foram distribuídas uniformemente pela sociedade soviética, pois como observa Odom (1998), as famílias com maior renda e melhores posições sociais possuíam condições de impedir que seus filhos fossem enviados para o Afeganistão (ODOM, 1998). A estes números, ainda, deve ser adicionado o total notável daqueles que ficaram doentes no Afeganistão e o veteranos de guerra que retornaram a Moscou, cujos problemas também contabilizaram um custo social significativo (GALEOTTI, 1995).

O terceiro e o quarto dilemas, por fim, concentravam-se na estreita base de apoio do regime Karmal, o que representou um desafio político fundamental para a liderança soviética desde o momento da invasão. Enquanto isso, a propensão da resistência a se intensificar como resultado da dependência do regime de apoio soviético limitou as opções da URSS para enfrentar o desafio. No entanto, nenhum desses dilemas teria o mesmo efeito se não houvesse redes de afegãos, de naturezas diversas e contando com um significativo apoio externo, determinados a se opor à presença soviética (MALEY, 2002).

3.3 A RESISTÊNCIA AFEGÃ: RAÍZES, PERCEPÇÕES E O PAPEL DO APOIO EXTERNO

Se havia algo previsível após a intervenção soviética, foi que haveria uma resistência popular significativa. O que não estava claro era o quão abrangente, bem organizada, sustentável e determinada tal resistência seria. Em seu livro *Da Guerra*, publicado em 1832, Carl von Clausewitz analisou as circunstâncias sob as quais o que ele chamou de “insurreição geral” poderia ser eficaz, identificando cinco condições, as quais seriam que: a guerra “deve ser travada no interior do país”; ela “não deve ser decidida em um único golpe”; que o “teatro de operações deve ser razoavelmente grande”; que o “caráter nacional deve ser adequado para o tipo de guerra”; e que o “país deve ser duro e inacessível, seja por conta de suas montanhas, florestas, ou métodos locais de cultivo” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 480). Paralelos que se adequavam significativamente à situação do Afeganistão nos anos 1980.

A resistência popular a uma força de ocupação não é inevitável, e em muitos casos de ocupação estrangeira, elementos importantes da população do país ocupado optam por colaborar ou permanecer passivos, seja por falta de interesse ou por desejo de mudar com as correntes predominantes. No caso do Afeganistão, a resistência surgiu determinada, sobretudo nas áreas rurais onde a ação do Estado era mais enfraquecida. Motivada por uma série de fatores, incluindo cálculos de interesse, cabe destacar o papel do Islã como uma das bases de resistência que se provou ser de fundamental importância. Entretanto, de forma geral, o papel dos líderes religiosos era um pouco limitado no Afeganistão: o islamismo sunita carecia de um “clero”, ou mesmo de uma liderança hierárquica, e figuras de autoridade eram mais encontradas na minoria xiita e na irmandade espiritual sufi. Contudo, como ideologia de resistência, moldada no crisol da comunidade muçulmana inicial da península arábica, onde os cétricos representavam uma séria ameaça à sobrevivência do profeta e de seus seguidores, o islã se mostraria consideravelmente importante (MALEY, 2002).

O termo que surgiu para descrever a resistência ao ceticismo foi a *jihad*, que pode ser traduzida como “luta”, “esforço” ou “empenho” (LEWIS, 1988). Foi esse termo que opositores afegãos do regime comunista rotineiramente usaram para descrever sua luta, também derivando da mesma raiz árabe da *jihad* as palavras *mujahid* e *mujahideen*, que identificavam os praticantes da *jihad*. A palavra *mujahideen* veio a ser utilizada como um termo genérico para a resistência afegã e seus vários componentes. O significado dessas designações deriva de suas implicações morais, pois como apontado por Lewis: “De acordo com o ensinamento muçulmano, a *jihad* é um dos mandamentos básicos da fé, uma obrigação imposta a todos os muçulmanos por Deus, através da revelação. Em uma guerra ofensiva, é uma obrigação da comunidade muçulmana como um todo; em uma guerra defensiva, torna-se uma obrigação pessoal de todo homem adulto muçulmano” (LEWIS, 1988, p. 73).

Segundo Maley (2002), a potência do Islã como uma ideologia de resistência, contudo, não conduz mecanicamente a uma comunidade de crentes com mentalidade marcial. A doutrina é flexível e está sujeita a constante reinterpretação e, em todo o caso, é apenas uma das várias fontes de motivação individual. Mas cabe salientar, no caso afegão, a poderosa capacidade de encorajar e gerar comprometimento que a legitimação da ação por referência à sanção divina pôde atingir (MALEY, 2002).

Em seu início, a resistência afegã constituiu-se basicamente como um movimento de base, o que tende a ser ignorado por aqueles cujo foco de interesse é direcionado apenas a grupos radicais apoiados indiretamente pelos Estados Unidos, por exemplo. A maior parte dos muçulmanos afegãos que inicialmente pegaram em armas contra a URSS não eram intelectuais muçulmanos, mas sim praticantes do que se poderia chamar de “islamismo de aldeia”, que desprezava o ateísmo e definia a sua aceitação como um afastamento da ordem (MALEY, 2002). Isso ia diretamente de encontro à visão dos soviéticos, amplamente conhecidos por serem ateus, o que os condenava veementemente aos olhos de muitos aldeões afegãos. Essa aversão pelo ateísmo tendia a ser reforçada por uma preocupação tanto pela independência do Afeganistão como unidade política, quanto pelo desejo de autonomia pessoal que a afirmação do poder estatal comprometeria, mas foi o ateísmo declarado dos soviéticos que criou uma base moral para a oposição e ajudou a transformar o que eram bolsões de resistência, ainda que substanciais, em uma insurgência mais complexa.

Elementos dessa guerra foram evidentes durante a vida da resistência afegã, e como Louis Dupree (1989) apontou, o combate possuía um caráter sazonal, sendo a guerra processada por redes frouxas, geralmente baseadas em normas de reciprocidade em um contexto tribal, em vez de militares profissionais treinados e organizados. Isso não quer dizer

que não houvesse combatentes com habilidades militares participando; pelo contrário, ex-recrutas do Exército afegão que haviam retornado às suas aldeias após o serviço militar obrigatório muitas vezes possuíam algumas habilidades úteis para enfrentar o desafio soviético e conseguiram obter algum destaque local (DUPREE, 1989).

Em contraste com um modelo de guerra tradicional, no entanto, as bases da resistência afegã tendiam a perseguir objetivos localizados, mas tendo como base um sistema de valores mais profundo e politizado, o que dificultou a decapitação ou a cooptação da resistência. Como Jalali e Grau (2010) argumentaram, a estrutura *mujahideen* seria difícil de encaixar em um gráfico linear, pois nunca houve uma liderança central que fosse essencial para a causa. No entanto, essa desunião ineficiente pode ter sido uma força própria dos *mujahideen*. Não importavam quais comandantes ou líderes fossem mortos, o esforço *mujahideen* continuaria e os soviéticos não ficariam aquém dos inimigos (JALALI e GRAU, 2010).

Essa dificuldade para os soviéticos era agravada por suas táticas de terra arrasada, que ajudaram a criar uma geração de afegãos sem nada a fazer a não ser lutar, pois suas propriedades haviam sido destruídas e suas famílias mortas ou dispersas. Não se pode, entretanto, generalizar sobre a resistência de base afegã, sobretudo porque desde o início das revoltas, no verão de 1978, havia diferenças em variações significativas no comportamento de tais elementos. Os grupos diferiam em escala e capacidade, em grau de engajamento, nas redes de solidariedade preexistentes sobre as quais se construíram, em termos de quais questões os provocavam a agir e até mesmo em valores específicos em si. As atividades militares da resistência também eram diversas, figurando entre as principais formas de operação ofensiva às emboscadas até aos ataques de bombardeio, as guerras de minas e o bloqueio de linhas de comunicação inimigas. Tampouco foi um fenômeno puramente rural, mas a ênfase das forças de ocupação soviéticas em proteger as cidades e principais rotas de comunicação significava que os resistentes urbanos eram confrontados por uma força mais concentrada. Embora essas atividades não fossem necessariamente movidas por uma visão estratégica abrangente, seu objetivo geral era bastante claro e consistia em tornar onerosa a presença soviética no Afeganistão (SHAHRANI e CANFIELD, 1984).

Em termos de apoiadores externos, a resistência afegã recebeu suporte através de uma variedade de canais internacionais. As formas assumidas por essa assistência variavam de estritamente morais e humanitárias a materiais, mas cada uma delas era importante a seu modo e servia para manter viva a questão afegã (MALEY, 2002). A Organização das Nações Unidas (ONU) foi a primeira organização internacional na qual a oposição à invasão soviética foi articulada, e também a mais importante, embora seu escopo para ação concreta fosse

limitado. Em 1980, seus 15 membros incluíam EUA, União Soviética, Grã-Bretanha, França e China como membros permanentes, que, de acordo com o Artigo 27, gozavam do direito ao veto de todos os assuntos não processuais. Por essa razão, não havia perspectiva de que o Conselho de Segurança adotasse qualquer resolução condenando a intervenção soviética, e não o fez; a URSS, em 07 de janeiro de 1980, vetou um projeto de resolução sobre a situação no Afeganistão apresentado por um grupo de não-alinhados.

Contudo, em 1950, a Assembleia Geral da ONU havia adotado a Resolução 377, posteriormente mais conhecida como “Resolução Unidos pela Paz”, que previa a convocação de uma Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral no caso de o Conselho de Segurança não poder agir em resposta a uma ameaça ou quebra da paz. Em 9 de janeiro de 1980, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 462, pela qual – sem mencionar explicitamente a Resolução Unidos pela Paz – decidiu convocar uma Sessão Extraordinária de Emergência da Assembleia Geral. Como essa resolução era processual, o voto dissidente soviético não constituía um veto, e a Sessão Especial de Emergência prosseguiu, de 10 a 14 de janeiro. Como não houve Sessão Especial de Emergência desde a Guerra dos Seis Dias de 1967, a mera convocação da sessão foi um evento notável. No entanto, a sessão também adotou a Resolução ES-6/2 de 14 de janeiro de 1980, que exigia “a retirada imediata, incondicional e total das tropas estrangeiras do Afeganistão”. Embora não seja vinculante no sentido legal, isso sinalizava extrema desaprovação às ações soviéticas e tornou-se o modelo de uma resolução adotada em sessões regulares da Assembleia Geral de 1980 até a assinatura dos Acordos de Genebra em 1988, que reiterou a exigência da retirada das tropas. Contudo, enquanto essa clara condenação da intervenção do Afeganistão forneceu valiosa legitimação para a resistência popular, em outro aspecto, a resposta da ONU à invasão foi notavelmente desajeitada. A ONU trata-se de uma organização de Estados, da qual o Estado do Afeganistão era membro desde 1946 (MALEY, 2002).

No que se refere aos Estados Unidos, a administração Carter ficou profundamente contrariada pela intervenção soviética no Afeganistão. Seu envolvimento no conflito, contudo, começou a se aprofundar antes mesmo da invasão. Em uma entrevista concedida em 1998, Brzezinski afirmou que o apoio dos EUA aos *mujahideen* havia começado seis meses antes da invasão soviética (BRZEZINSKI, 1998). De acordo com o relato de Brzezinski, o presidente Carter assinou uma diretiva em 3 de julho de 1979 aprovando a ajuda aos opositores do regime comunista afegão, e o próprio Brzezinski ofereceu a Carter a opinião de que isso resultaria em uma intervenção militar soviética, caracterizando a ação como conscientemente potencializadora da probabilidade de que a URSS invadisse o Afeganistão (MALEY, 2002).

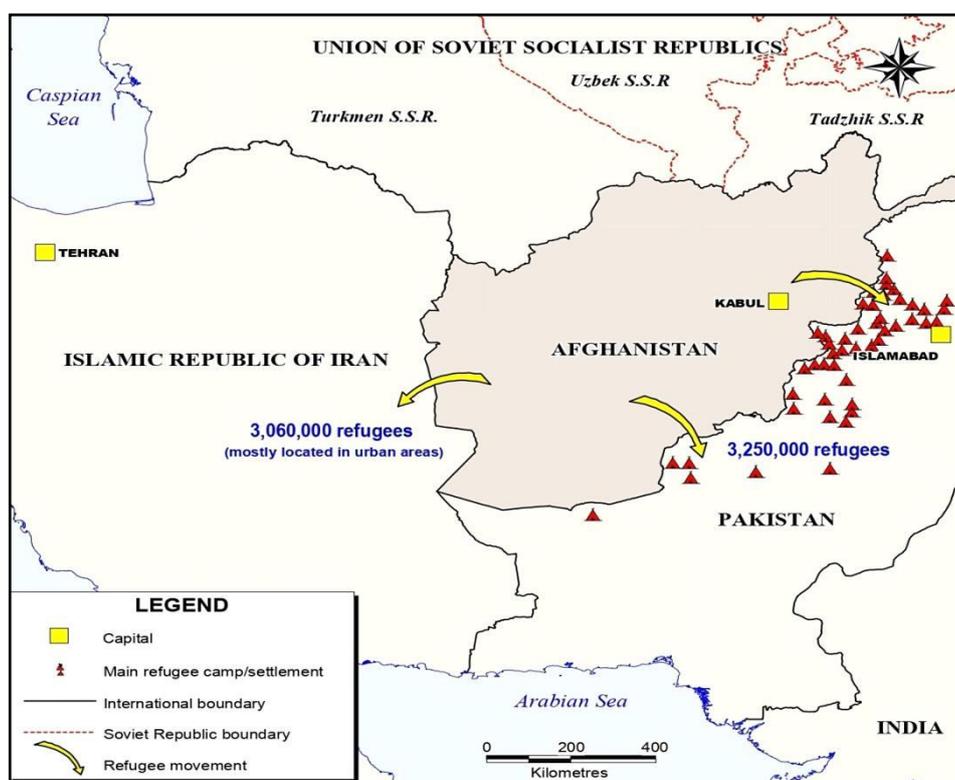
Mesmo admitindo a possibilidade de Brzezinski – uma suposição razoável, dado que a diretoria de julho de 1979 fornecia apenas assistência médica e propaganda não letal – o governo dos EUA estava disposto a apoiar a derrubada do regime de Taraki e Amin, dado o assassinato de um de seus embaixadores em fevereiro de 1979. O apoio dos Estados Unidos aos *mujahideen* afegãos antes mesmo da intervenção levou ao desenvolvimento de um robusto programa de assistência militar. Uma estimativa do valor total da ajuda secreta dos EUA à resistência no ano da retirada soviética é de quase US\$ 2 bilhões. Imediatamente após a invasão, Carter assinou uma nova diretiva que previa o fornecimento de armas letais aos *mujahideen* e um carregamento de fuzis *Enfield* que chegariam em 10 de janeiro de 1980 (COGAN, 1993). Também houve uma ajuda significativa proveniente de vários governos árabes, a exemplo do Egito, cujo presidente, Anwar al-Sadat, era um aliado próximo aos norte-americanos, e cuja participação tornou-se um importante elo no país para abastecer a cadeia de suprimentos de armas. Ainda mais importante foi o papel da Arábia Saudita, onde o Serviço de Inteligência chefiado pelo príncipe Turki al-Faisal Saud forneceu fundos robustos para apoiar a resistência, embora seja quase impossível calcular os volumes envolvidos (COGAN, 1993; MALEY, 2002).

O Paquistão, por sua vez, desempenhou um papel crucial no endossamento do conflito, fornecendo ajuda a grupos de resistência desde o momento da intervenção soviética no país. Não foi, entretanto, um papel impulsionado pelo altruísmo, mas sim por cálculos de interesses em diferentes níveis e em diferentes momentos por lideranças distintas. A fim de se compreender a participação paquistanesa no conflito é necessário delinear algumas das peculiaridades do contexto geopolítico do Paquistão, tanto no que diz respeito ao Afeganistão quanto à política mais ampla do subcontinente indiano. O Paquistão tem sido confrontado por problemas de integração e identidade nacional desde a sua criação, emergindo como um Estado territorialmente bifurcado, como resultado da divisão da Índia britânica pela Lei da Independência da Índia. Porém, em contraste com a Índia independente, que tem sido formalmente um Estado democrático por quase todo o período desde sua criação, o Paquistão passou por etapas prolongadas de governo militar e mesmo quando o governo militar não foi exercido diretamente, o medo da intervenção teve impacto na prática de sua política, fornecendo incentivos aos membros da elite civil para usarem os cargos políticos como um bem posicional para fins de enriquecimento pessoal enquanto podiam (MALEY, 2002).

Antes de 1978, o Afeganistão estava muito mais próximo da Índia do que do Paquistão, tendo inclusive votado contra a admissão do mesmo nas Nações Unidas. Tal ação se explica pela antiga disputa territorial e fronteiriça acerca de criação de um “Pashtunistão”. Desta

forma, de setembro de 1961 a maio de 1963, as relações diplomáticas entre o Afeganistão e o Paquistão foram suspensas. Enquanto o Afeganistão prosseguia com menos vigor a questão de um Pashtunistão independente no período da “Nova Democracia”, a memória da disputa foi gravada na consciência de uma geração de líderes civis e militares paquistaneses, que temiam uma insegurança regional em caso de grandes hostilidades com a Índia. Assim, o apoio do Paquistão a grupos contrarrevolucionários também leva em consideração a hostilidade histórica, datada desde a demarcação, em 1893, da fronteira entre o Afeganistão e a Índia Britânica – a já mencionada Linha Durand. Além disso, uma fronteira porosa entre Afeganistão e Paquistão tornou esse último um destino natural para os refugiados afegãos, o que contribuiu para o envolvimento do país fronteiriço no conflito. De acordo com dados do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até o final de 1979 foram contabilizados 600.000 refugiados, estando cerca de dois terços deles no Paquistão e o restante no Irã. No final de 1980, o número havia subido para 1,9 milhão, atingindo o seu pico em 01 de janeiro de 1990 com 6,2 milhões, dos quais cerca de 3.250.000 estavam no Paquistão (DUPREE, 1973; UNHCR, 2000).

Figura 3: Fluxo de refugiados afegãos em 1979/1990



Fonte: UNHCR, 2000

As aldeias de refugiados tampouco eram áreas simplesmente residenciais ou politicamente neutras. Elas desenvolveram suas próprias organizações políticas internas, nas quais afegãos, partidos de resistência e comitês de ordem pública disputavam influência, estando tais estruturas ligadas aos mecanismos mais amplos da resistência afegã. A maior parte da assistência à resistência era dirigida através do Exército paquistanês, sobretudo porque o processo era facilitado em virtude de o Paquistão estar sob domínio militar durante a grande parte da guerra afegã-soviética. A partir de cálculos de interesse, o Exército do Paquistão lançou-se no processo de apoiar os *mujahideen* afegãos com considerável entusiasmo; no cerne da política do Exército do Paquistão em relação ao Afeganistão estava o Departamento Afegão da *Inter-Services Intelligence* (ISI), sendo a ISI em si notavelmente livre de freios e contrapesos, mesmo em comparação com outras agências de inteligência (MALEY, 2002).

As operações paquistanesas no Afeganistão, contudo, dependiam de total sigilo, em parte devido ao desejo do Paquistão de evitar represálias soviéticas em seu solo por realizar atividades militares contra o regime comunista afegão, mas também porque os EUA davam grande importância à “negação plausível” como um elemento de operações secretas no Afeganistão. Em suas memórias, o ex-secretário de Estado americano, George Shultz, registrou uma conversa, em 1988, entre o presidente Ronald Reagan e Muhammad Zia-ul-Haq, um dos presidentes do regime militar paquistanês, após a assinatura dos Acordos de Genebra sobre o Afeganistão; Reagan pergunta a Zia como ele lidaria com o fato de violar o acordo, ao passo que Zia responde que “eles simplesmente mentiriam sobre isso; pois já estavam negando suas atividades há oito anos” (SHULTZ, 1993).

Com o passar do tempo, o papel do Paquistão como transportador de armas para a resistência afegã, além de apoiador técnico e logístico de combatentes afegãos, tornou-se extremamente substancial. Foi, entretanto, tudo menos neutro, o que acabou distorcendo a luta afegã e trazendo consequências perturbadoras em longo prazo (MALEY, 2002; RUBIN, 2002). A ISI foi assumida em Washington como uma fonte dotada de um bom entendimento a respeito dos afegãos e com valiosos contatos entre os partidos da resistência; assim, os norte-americanos deram à ISI uma liberdade significativa na distribuição de armas financiadas pelos Estados Unidos (WEINBAUM, 1994). Contudo, como observa Rubin (2002), a mobilização de uma grande coalizão, o estabelecimento de uma administração civil para substituir o Estado em uma região do país ou a tentativa de atrair apoio da cidade de Cabul ou de desertores do exército do regime foram todos fatores considerados irrelevantes pelo Paquistão. Em vez disso, os critérios de eficácia foram “um alto nível de financiamento externo, vínculos fracos

com a sociedade local, comandantes instruídos e com proximidade ideológica à ISI” (RUBIN, 1995, p. 201). A abordagem do Paquistão não estava, desta forma, sequer remotamente preocupada com o futuro pós-comunista do Afeganistão (WEINBAUM, 1994).

4 TRANSIÇÕES DE GOVERNO EM MOSCOU E CABUL: O PERÍODO GORBACHEV E A RETIRADA DAS TROPAS

A guerra soviético-afegã caiu em várias fases distintas, como Goodson (1998) aponta em um estudo mais detalhado, dividindo-a em oito etapas, sendo duas delas unidas pela ocupação por Babrak Karmal do cargo de chefe do PDPA. A primeira etapa seria o período compreendido entre 1980 e 1983, chamada de “resistência nacional e entrincheiramento soviético”; a terceira seria entre 1983 e 1986, chamada de “guerra aérea, interdição e desestabilização”, respectivamente, e tendo a substituição de Karmal como um marco temporal do encerramento da terceira etapa da guerra (GOODSON, 1998).

Embora as táticas militares soviéticas tenham mudado em 1983, por conta de novas abordagens à atividade de contra insurgência e melhorias associadas ao uso do poder aéreo, o dilema político da URSS permaneceu o mesmo: a reputação de Karmal estava irremediavelmente contaminada pela maneira como ele havia chegado ao poder. O PDPA contou com um significativo problema de facciosismo durante todo o período Karmal. Mas como citado anteriormente, os membros do Khalq eram componentes muito importantes do corpo de oficiais do Exército afegão, ocasionando o que Arnold (1983) classificaria como o “comunismo bipartidário do Afeganistão” (ARNOLD, 1983). No Afeganistão, sem um sistema institucionalizado, a expansão e filiação partidária teria sentido apenas como parte de uma estratégia de socialização e educação política de longo prazo. No modelo soviético, entretanto, o Partido Comunista desempenhou um papel abrangente e, embora a política burocrática existisse, dentro e entre as agências do Estado, a penetração das hierarquias do Estado pelo partido serviu para manter os conflitos sob controle. O bipartidarismo no partido afegão indicava que ele não poderia cumprir eficazmente essa função importante e, como resultado, as agências do Estado tendiam a tornar-se uma área frágil e de má cooperação (MALEY, 2002; DORRONSORO, 2005).

Já no início dos anos 1980, a União Soviética parecia figurar como um elemento permanente no cenário político global. Contudo, a impressão de estabilidade era um pouco enganosa, tendo em vista que o sistema soviético enfrentava tensões em alguns aspectos importantes (MILLER, 1993). A economia soviética estava à beira de uma grande desaceleração e os órgãos de planejamento ficavam cada vez mais desiguais na tarefa de

coordenar grandes quantidades de informação. Além disso, a União Soviética precisava lidar com o envelhecimento de sua elite, característica que acabava por afetar as relações políticas, tendo em vista que uma série de membros importantes do escopo partidário faleceu no início dos anos 1980. O próprio Brezhnev morreu em novembro de 1982, sendo sucedido por Andropov, levando a um período de turbulência. Andropov, entretanto, também faleceria dois anos depois, em 1984, o que abriria caminho para uma nova geração de líderes. No que diz respeito às relações Leste-Oeste, Halliday (1999) argumenta que ao final de 1980 ficou claro para a liderança soviética que o custo internacional da intervenção do Afeganistão, sobretudo nas relações com os EUA, foi muito maior do que o inicialmente previsto. Nos anos que se seguiram, a pressão ocidental sobre a URSS aumentou consideravelmente e a relação anglo-americana forneceu uma base firme para a oposição ao sistema soviético em geral (HALLIDAY, 1999).

Em março de 1985, com a morte de Konstantin Chernenko, Ex-secretário Geral do Comitê Central do Partido Comunista, Mikhail Gorbachev ascende à posição. O novo Secretário Geral, nascido em 1931, foi o primeiro ocupante do cargo a nascer após a Revolução Bolchevique, ainda que tenha se juntado ao Partido Comunista no período de Stalin. Gorbachev não fazia parte do grupo de liderança do Kremlin que tomou a decisão de intervir no Afeganistão e, uma vez que se tornou Secretário Geral, não tinha nenhuma razão pessoal particular para defender a decisão. Sua abordagem ao Afeganistão dependia antes de um cálculo dos custos e benefícios do compromisso em meados da década de 1980, tanto para o seu próprio programa político quanto para o Estado que ele liderava. Assim, Gorbachev desencadearia grandes mudanças na União Soviética, sendo Babrak Karmal um dos primeiros a sentir seus efeitos. Enquanto ainda estava disposto a dar aos militares mais uma chance de obter sucesso no terreno, em novembro de 1985 ele convidou Karmal a “esquecer o socialismo” (BRADSHER, 1999). Já no 27º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1986, ele se referiu ao Afeganistão como uma “ferida sangrenta” (MALEY, 2002).

Gorbachev já não acreditava mais que Karmal pudesse encontrar uma saída para o impasse político no Afeganistão e, em 05 de maio de 1986, Karmal foi removido do cargo de Secretário Geral do Comitê Central do PDPA, ostensivamente por razões de saúde. Em seu lugar, recomendado como sucessor pelos órgãos de segurança soviéticos, Najibullah assumiu o poder. Anteriormente, Najibullah havia sido chefe do KhAD, o Serviço de Informação do

Estado⁴, uma espécie de KGB soviética, onde desempenhou um papel de significativa brutalidade no exercício do controle político interno. De acordo com Rubin (1995), o KhAD foi dividido em vários departamentos, lidando com contra inteligência, vigilância de estrangeiros, vigilância de membros do partido e do governo, vigilância de intelectuais, contra insurgência e operações através da fronteira com o Paquistão (RUBIN, 1995).

Na busca de consolidar sua posição, Najibullah foi confrontado com desafios em dois níveis diferentes, sendo o primeiro a própria liderança comunista no Afeganistão. Apesar de contar com todo o apoio soviético, era necessário consolidar seu poder junto aos colegas de partido, a fim de atingir níveis satisfatórios de cooperação interna. O segundo nível de desafios dizia respeito às relações Estado-sociedade de forma geral. A menos que ele pudesse reconfigurar o Estado em uma agência legítima capaz de mobilizar e redistribuir recursos próprios, seu regime continuaria dependente do apoio externo. Além disso, a remoção de Karmal como chefe do partido não significou a sua completa eliminação da política afegã. Karmal manteve a posição de presidente do Conselho Revolucionário até novembro de 1986 e sua presença contínua forneceu certa cobertura para que seus apoiadores causassem alguns problemas para o novo líder do partido. Najibullah respondeu impiedosamente, rebaixando uma série de simpatizantes de Karmal e promovendo pessoas leais ao novo governo. Sua limpeza, ao longo do tempo, equivalia à remoção sistemática de todos os outros membros significativos de influência dentro do PDPA (HALLIDAY e TANIN, 1998).

As políticas específicas de Najibullah foram implementadas sob a rubrica abrangente da “reconciliação nacional”. Enquanto Najibullah procurou dar-lhe raízes islâmicas (RUBIN, 1995), a terminologia era de origem soviética e foi comercializada como uma forma de resolver o que a liderança soviética havia descrito como “problemas regionais”, uma expressão de código para a presença de tropas soviéticas no Afeganistão e forças vietnamitas no Camboja (MALEY, 2002; BRADSHER, 1999). A “reconciliação nacional”, entretanto, era inconsistente com o marxismo, uma vez que enfatizava as nações, e não as classes, como bases apropriadas para a solidariedade; e a cooperação, e não a luta, como uma estratégia política apropriada. Nesse sentido, era tanto um aspecto do novo pensamento quanto parte do processo de desmantelamento ideológico que a era Gorbachev inaugurou. Também refletiu o insucesso da força militar em resolver os problemas políticos do regime. Na prática, a reconciliação nacional consistiu em uma série de medidas substantivamente simbólicas, tais como renomear a “Frente Nacional da Pátria” para apenas “Frente Nacional”, bem como a

⁴ Tradução de *Khedamat-e Ettala'at-e Dawlati* (KhAD) (RUBIN, 1995).

“República Democrática do Afeganistão” para “República do Afeganistão”. Substancialmente, a política de “reconciliação nacional” envolveu a obediência explícita à importância da atividade do setor privado na economia, e da religião sagrada do Islã como religião do Afeganistão. No entanto, muitos desses elementos declarados de reconciliação nacional não eram tão diferentes dos propostos por Karmal no curso de suas tentativas mal sucedidas de legitimar o regime e o escopo limitado do que Najibullah tinha a oferecer era evidente nos discursos transmitidos ao povo afegão (GIUSTOZZI, 2000).

Em última análise, a política de “reconciliação nacional” era radical demais para a facção Khalq e para os partidários do Parcham de Karmal, que a viam como uma rendição de tudo o que haviam procurado alcançar, o que os fez impedir eficazmente sua implementação. Halliday e Tanin (1998) argumentam que a política de reconciliação nacional se mostrou menos extensa do que Moscou esperava: Najibullah usou meios militares e econômicos para conquistar tribos para seu apoio, mas isso evidenciava uma forma de manipulação do centro, em vez de um alargamento político previsto por Moscou (HALLIDAY e TANIN, 1998). No entanto, realisticamente, esses dispositivos manipuladores eram suas únicas ferramentas disponíveis e a noção de que ele poderia se reconstituir como um pluralista era irreal. Em vez disso, seu histórico na liderança do KhAD comprometeu inerentemente sua atuação como arquiteto da política de reconciliação nacional. Gorbachev esperava que ele salvasse o regime do PDPA, mas Najibullah, por sua vez, teria sorte se conseguisse salvar a si mesmo (MALEY, 2002).

A administração sob Gorbachev também trouxe uma série de mudanças significativas no processo de política externa. Houve uma grande reorganização da estrutura departamental dentro do Ministério das Relações Exteriores, e uma reorganização dos embaixadores soviéticos no exterior, os quais estabeleceram o cenário para uma imagem diplomática soviética diferente. Mas, além desses desenvolvimentos, outras mudanças ocorreram na elaboração das políticas soviéticas, sobretudo no que dizia respeito à opinião dos especialistas nas relações com o Terceiro Mundo. A aplicação da *Glasnost* permitiu que todos os aspectos da guerra no Afeganistão fossem publicamente expostos na URSS. Ficou claro que o território sobre o qual o poder do Estado foi firme e definitivamente estabelecido mal havia aumentado nos últimos anos, sendo impossível nomear uma única província ou distrito onde a questão de quem estaria no comando fosse definitivamente decidida em favor do poder estatal; o PDPA tampouco se mostrou capaz de se tornar uma organização política organicamente unida, ao passo que o trabalho político entre as massas permaneceu no papel, no que seria um reconhecimento do fracasso estratégico (MALEY, 2002).

Para Halliday (1999), se houve uma decisão-chave sobre a retirada das tropas soviéticas, ela se deu em 13 de novembro de 1986, em uma das reuniões do Politburo, e que ao final de 1992 seria conhecida por Michael Dobbs, do *The Washington Post*, visão essa que também é compartilhada por Bradsher (1999). Gorbachev teria expressado opiniões firmes acerca do prolongamento do conflito no Afeganistão, já com duração de seis anos, enfatizando que, se a abordagem não fosse modificada, o problema se estenderia por mais vinte ou trinta anos. O objetivo, então, seria que a completa retirada das tropas se desse em um período de até dois anos, sendo 50% delas retiradas em 1987 e os 50% restantes no ano seguinte (HALLIDAY, 1999).

De 1982 a 1988, foi estruturada uma série de negociações orquestradas pela ONU, tendo como produto os Acordos de Genebra. As comunicações entre Cabul e Islamabad foram iniciadas em abril de 1981 por Javier Pérez de Cuéllar, do Peru, nomeado em fevereiro de 1981 pelo Secretário Geral da ONU. Entretanto, quando se está lidando com problemas políticos complexos, a mera existência de negociações não implica, de forma evidente, um progresso em direção a um acordo negociado. Em geral, os negociadores lidam primeiro com as questões menos problemáticas ou intratáveis de uma agenda, na esperança de criar alguma confiança entre as partes. Assim, é bastante comum que uma ilusão de progresso se desenvolva e após isso as negociações se estancam. Desta forma, a conclusão dos Acordos de Genebra foi uma tarefa complexa, sobretudo porque os projetos de acordo lidavam não apenas com a retirada das forças soviéticas do Afeganistão, mas também com a descontinuação da assistência externa – ajuda do Paquistão e dos EUA – à resistência afegã. Coincidindo com a assinatura dos Acordos, o governo dos EUA emitiu uma declaração de que “as obrigações assumidas pelas partes [os EUA e a URSS] eram simétricas. A este respeito, os Estados Unidos aconselharam a União Soviética de que manteriam o direito, consistente com suas obrigações como fiadores, de prestar assistência militar aos partidos no Afeganistão. Se a União Soviética exercesse moderação na prestação de assistência militar às partes no Afeganistão, os EUA também exerceriam moderação” (US DEPARTMENT OF STATE, junho de 1985).

No Paquistão também houve um impasse, pois o presidente Zia ficou desconfortável com a ausência de qualquer mecanismo de transição no Afeganistão para um governo com legitimidade normativa. O desejo dos soviéticos de um acordo para fornecer uma cobertura digna para a sua retirada do Afeganistão deu ao Paquistão certa dose de influência, e Zia pretendia explorá-la. No entanto, uma vez que o governo dos EUA decidiu aceitar os Acordos de Genebra, isso pressionou o Paquistão a fazer o mesmo (RUBIN, 1995).

Os Acordos, contudo, apresentaram alguns focos de conflito, uma vez que os grupos de resistência afegãos não foram contemplados pelo processo de negociação. Além disso, deixaram uma questão crucial acerca em aberto, que seria o caráter dos governantes do país. O Secretário-Geral, em 14 de abril de 1988, declarou que os Acordos “estabelecem a base para o exercício por todos os afegãos de seu direito à determinação, um princípio consagrado na Carta” (UNITED NATIONS, 1988). Contudo, isso não foi cumprido e o hiato não foi simplesmente uma fraqueza estética, tendo em vista que tais lacunas significaram que questões fundamentais em disputa poderiam permanecer sem solução. Segundo Maley (2002), uma lição que ficou mais clara durante a década de 1990 foi a de que a reconstrução política de Estados rompidos é um processo complexo, laborioso, que envolve a reconstrução da confiança, uma mudança nas relações de elite, nas relações com atores não estatais e esforços significativos para promover a institucionalização da política (MALEY, 2002).

Ainda em maio de 1985 havia sido estipulada a “Aliança Islâmica dos *Mujahideen* do Afeganistão”. A aliança existia principalmente no papel, mas servia para produzir um porta-voz da resistência, com os líderes dos sete partidos participantes cumprindo mandatos de três meses. Em 1988, foi feito um esforço para montar um “Governo Islâmico Interino”, com os membros sendo anunciados. A retirada das forças soviéticas, por sua vez, não seria um processo tranquilo e Najibullah tinha pouca fé na sobrevivência do regime. Moscou pressionou os Estados Unidos e o Paquistão no que se refere ao apoio prestado à resistência afegã e, em 23 de julho, o vice-ministro das Relações Exteriores soviético, Vladimir Petrovskii, em entrevista ao *The Washington Post*, advertiu que a retirada poderia não cumprir o prazo estabelecido, a menos que a ajuda aos *mujahideen* fosse cortada (CORDOVEZ e HARRISON, 1995). No entanto, permaneceu fundamentado o interesse da URSS de se retirar do Afeganistão, cumprindo o prazo final de 15 de agosto para o recuo de metade de sua força. Quando a data final da retirada se aproximava, o isolamento internacional do regime de Cabul tornava-se cada vez mais palpável. Na primeira semana de janeiro de 1989, os soviéticos fecharam seu hospital militar em Cabul e evacuaram os pacientes; em 21 de janeiro, o grupo diplomático da Alemanha Ocidental partiu e, em 27 de janeiro, Reino Unido, França, Japão e Itália também anunciaram a retirada de seus diplomatas. Por último, em 30 de janeiro, os Estados Unidos fecharam formalmente sua embaixada (RUBIN, 1995; MALEY, 2002).

Assim, o fim do envolvimento soviético viu diferentes pretendentes ilegítimos ou debilitados ao poder colocados uns contra os outros, em um país cujo Estado tinha capacidade limitada de funcionar de forma autônoma, sem o apoio externo. O regime de Najibullah foi desafiado a nível político pelo impotente Governo Islâmico Interino e seus promotores

externos interessados. Contudo, o significativo poder dos comandantes locais e regionais não estava integrado a estruturas organizacionais efetivas em nível nacional, em torno das quais afegãos comuns poderiam se reunir. Sem processos para reconciliar esses antagonismos ou um poder político legítimo, o resultado só poderia ser determinado por manipulação política e combate em campo de batalha, o que prepararia o cenário para uma segunda e terceira onda de guerra no Afeganistão.

4.1 O ÔNUS DA GUERRA PARA O ESTADO AFEGÃO

A conclusão da retirada soviética do Afeganistão não foi exatamente um momento de alegria arrebatadora para os afegãos. Por um lado, aqueles que haviam lutado contra as forças soviéticas desde a invasão de dezembro de 1979 sentiam orgulho do fato de que uma superpotência acabou sendo forçada a optar pelo o que era interpretado como um recuo. Mas, por outro lado, o sofrimento pelo qual passou o povo do Afeganistão durante uma década de ocupação foi enorme, e mesmo nos cenários mais otimistas, os danos que foram infligidos ao país levariam anos para serem corrigidos. Do ponto de vista soviético, também havia pouco para se comemorar; milhares de jovens soldados pereceram em uma terra difícil, deixando suas famílias e entes próximos de luto. No entanto, a guerra afetou os dois Estados de maneira bastante distinta. No Afeganistão, produziu uma desestruturação multifacetada da política, economia e sociedade, de forma que permaneceram maciçamente aparentes no início de um novo século. Na URSS, por outro lado, os fardos da guerra contribuíram para a deslegitimação em curto prazo do domínio do Partido Comunista e desempenharam um papel no colapso do socialismo mono-organizacional e na desintegração da URSS como uma unidade territorial. A nova Federação Russa que emergiu foi capaz de se reposicionar no mundo e se distanciar substancialmente do conflito afegão. O Afeganistão, contudo, não desfrutou dessa sorte.

Os efeitos da guerra sobre a população civil foram acentuados e, embora certas áreas tenham sido isoladas durante a maior parte da década de 1980 – notadamente Cabul –, as zonas rurais, onde vivia a maior parte da população, eram extremamente vulneráveis aos tipos de armas que os Exércitos soviético e afegão empregavam. Uma análise dos dados coletados em campos de refugiados a respeito de padrões de mortalidade relacionados à guerra concluiu que, entre 1978 e 1987, as mortes não naturais no Afeganistão totalizaram 876.825 (KHALIDI, 1991). Em média, isso representou mais de 240 mortes por dia durante dez anos seguidos, ou mais de 60 mortes afegãs por cada soldado soviético que morreu em consequência da guerra. Ao avaliar os efeitos sociais da guerra, no entanto, também se faz

necessário levar em conta a posição dos feridos e dos incapacitados. Em 1995, a Organização Mundial da Saúde estimou que os deficientes físicos totalizavam quase 1,5 milhão de pessoas e em uma sociedade tão danificada quanto o Afeganistão, fornecer um apoio mínimo para os deficientes constituía-se em uma tarefa trabalhosa (MILES, 1990).

Ademais, além de uma escala massiva de trauma psicológico relacionado à guerra, há de se adicionar os efeitos do deslocamento na economia afegã. Como observado anteriormente, no início dos anos 1990, mais de 6 milhões de refugiados afegãos já se encontravam fora de seu país. Embora o Paquistão e o Irã tenham atuado notavelmente em receber a grande maioria dessas pessoas, isso enfraqueceu a atividade econômica no próprio Afeganistão. Assim, o êxodo dos refugiados foi destrutivo não só para o bem-estar psicossocial dos exilados, mas também afetou a possibilidade de uma nova geração de afegãos poder atuar como agricultores, pastores ou comerciantes. Segundo Maley (1998), a ruptura na formação de capital humano tende a alimentar um ciclo de conflitos em sociedades destruídas pela guerra, já que muitas vezes é mais fácil treinar jovens não qualificados para lutar do que para cultivar. Além dos refugiados externos, inúmeros afegãos foram deslocados internamente durante a guerra, o que gerou um inchaço na população de Cabul nos anos 1980, quando as pessoas procuravam entrar em uma cidade fortemente protegida para escapar dos efeitos do bombardeio aéreo no campo.

Os efeitos do conflito sobre as mulheres afegãs, em sua maior parte, foram especialmente devastadores. Analisando as técnicas de combate empregadas pelo regime de Cabul e seus apoiadores, Dupree (1973) observou que as mulheres compartilhavam mais do que igualmente a participação nos eventos e um pequeno número delas estava ativamente envolvido na resistência e foi perseguido como resultado (ELLIS, 2000). Além disso, as mulheres sofreram com a ruptura de sua existência social, que ocorreu com a perda de parentes do sexo masculino. Numa sociedade onde a família é uma unidade fundamental e os homens são tipicamente seus chefes, as consequências das mortes masculinas na guerra são amplamente sentidas pelas mulheres.

No que se refere à economia, o Afeganistão sofreu grandes danos físicos durante a década de 1980, o que afetou gravemente suas operações. A construção de tijolos de barro, por exemplo, foi facilmente vítima de bombas e granadas de artilharia, pois não era suficientemente reforçada para sobreviver a detonações, mesmo que relativamente pequenas. No início dos anos 1990, aproximadamente 60% das escolas afegãs não tinham prédio (UNO, 1994) e o sistema rodoviário também estava em péssimas condições, embora os ônibus continuassem a cruzar o país (MALEY, 1999).

Dada a importância da agricultura, foi a deterioração do setor agrícola que apresentou alguns dos maiores problemas no final dos anos 1980. Antes do golpe comunista, o Afeganistão, como citado por André Brigot e Olivier Roy, era um país pobre, mas não um país de fome (BRIGOT e ROY, 1988), situação que mudou durante a guerra. Em 1987, a produção era apenas um terço do que tinha sido em 1978 – um resultado da perda de terra para cultivo, 50% de quedas nos rendimentos das terras que poderiam ser cultivadas e a morte de bois de tração. Grande parte desse dano foi produto de ataques deliberados destinados a negar à resistência o acesso a alimentos em áreas sensíveis. Os danos causados aos sistemas de irrigação tiveram uma consequência não intencional, mas igualmente devastadora, que foi o incentivo à produção de narcóticos. Embora seja um mito que a resistência afegã tenha florescido nas receitas do ópio, muitos agricultores afegãos acharam lucrativo mudar para uma cultura que poderia ser facilmente irrigada por neve derretida (RUBIN, 1995). Dados os ataques soviéticos aos tradicionais sistemas de irrigação do Afeganistão rural, notavelmente a engenhosa rede de túneis interconectados estabeleceu as bases da economia ilícita em meados dos anos 1990.

Em virtude da fragmentação dos mercados como resultado da guerra, falar de uma “macroeconomia” afegã nos anos 1980 seria esticar o significado do termo. O Afeganistão enfrentava uma deterioração na balança de pagamentos, à medida que suas exportações caíam e suas importações subiam. Em 1980, o país possuía um déficit comercial de US\$ 69 milhões (ou 9,8% das exportações). Em 1990, esse valor havia crescido para US\$ 649 milhões. Como era de se esperar, a dívida externa também aumentou de US \$ 1,2 bilhão em 1980 para US\$ 5,1 bilhões em 1990. Finalmente, o Afeganistão sofreu uma inflação significativa, com um aumento de 980% nos preços durante a década de 1980 (MARSDEN e SAMMAN, 2001). O interesse nesses desdobramentos não é puramente abstrato, já que se os aumentos nos preços não forem acompanhados por aumentos na renda, a capacidade que os indivíduos e famílias terão para manter seus padrões de vida fica comprometida. Da mesma forma, se o valor externo da moeda cair, os preços dos bens importados aumentarão, afetando novamente os padrões de vida (MALEY, 2002).

Quanto à política, na época da retirada soviética o Estado afegão já havia perdido sua capacidade de funcionar com qualquer grau significativo de autonomia. Em 1988, 84% das despesas do governo eram rotineiras e não de desenvolvimento, em contraste com a situação em 1978, quando 53% das despesas eram de desenvolvimento. Menos de um quarto das despesas do governo foi financiado por receitas domésticas; mais de três quartos foram financiados pelo rendimento dos arrendatários (ajuda externa e vendas de gás natural) e pelos

empréstimos internos (RUBIN, 1995). Na prática, isso representou uma forma disfarçada de colapso estatal, uma vez que a receita interna ficou muito aquém do que era necessário, até mesmo para cobrir os gastos ordinários do Estado. Se e quando a máquina financeira de apoio à vida do Estado fosse desconectada, uma crise seria inevitável.

Além disso, as ferramentas da política foram alteradas pela guerra. A política havia sido precariamente institucionalizada durante o período de democracia, mas o golpe de Daoud minou tais conquistas, e o golpe de abril de 1978 contaminou ainda mais as instituições do Estado, atrelando-as ao serviço de um partido marxista. Embora a barganha e a manipulação de interesses permanecessem um importante dispositivo político, a coerção através do desdobramento da força aumentou em importância (GOODSON, 2001). Assim, o Estado foi confrontado não apenas com desafios fiscais, mas com o desafio de como se reinstaurar e re-legitimar depois de anos de uma política pautada na ameaça de violência.

As elites políticas do Afeganistão também foram significativamente reconfiguradas, com membros de autoridade tradicionais deslocadas em favor de quadros partidários pró-regime e ativistas militarizados e militantes pró-resistência (RUBIN, 1995). Além disso, as novas elites foram separadas por um abismo; nem um único líder de resistência considerou Najibullah como um parceiro formal aceitável em uma possível transição política. Portanto, qualquer modificação desse tipo exigiria, ao menos, uma reestruturação da elite do PDPA. Ainda assim, dada a persistência de antagonismos entre Khalq e Parcham, qualquer tentativa de mudar a liderança provavelmente teria um efeito rebote imprevisível, o que limitou o próprio espaço de manobra e escopo de atuação de Najibullah.

Cabe destacar, ainda, o papel das mudanças étnicas durante o curso da guerra, as quais foram de importância potencialmente significativa. Embora haja falta de dados concretos os bombardeios mais ferozes e os níveis mais altos de mortalidade apontam para as áreas fronteiriças com o Paquistão, povoadas por pashtuns. O efeito líquido tinha potencial para implicar na redução de uma parcela de etnia pashtun, mudança que foi acompanhada por uma consciência étnica cada vez mais politizada entre grupos como tadjiques e hazaras, que, até certo ponto, desfrutavam de um grau de isolamento das forças externas. Segundo Maley (2002), isso não quer dizer que houve uma perda resultante na identificação com o território de um Afeganistão unido como pátria natural, mas que grupos que antes estavam em posições de subordinação dificilmente concordariam em retornar a tal *status* sob uma nova política (MALEY, 2002).

Apesar da saída da URSS, o Afeganistão continuou a ser um importante local para a competição internacional. A retirada das tropas não significou um total afastamento imediato

do país; pelo contrário, o regime seguiria sendo suprido. Ao mesmo tempo, o Paquistão estava pronto para extrair retornos do que os paquistaneses consideravam a sua parcela de vitória no território afegão. O Irã, por sua vez, sempre vigilante quanto ao bem-estar da minoria xiita do Afeganistão, tinha em mente movimentos para aumentar sua própria influência, fatores que além de não contribuírem para o encerramento do capítulo de guerra no país, abririam margem para anos mais conturbados e novas dificuldades no cenário afegão pós-retirada soviética.

4.2 A DESINTEGRAÇÃO DO SISTEMA E O ÔNUS DA GUERRA PARA A UNIÃO SOVIÉTICA

Além da perda de números consideráveis de soldados na guerra, o conflito afegão também afetou a sociedade soviética de maneiras bastante complexas. Dado o tamanho da URSS, havia muitas famílias que não foram diretamente tocadas pela guerra, porém seus danos foram mais difundidos do que puderam perceber alguns observadores na época. Um dos primeiros efeitos foi a formação de uma corte de veteranos descontentes com a guerra e com um considerável desprezo pelos políticos que haviam sido os pais do compromisso com a intervenção no Afeganistão.

Neste aspecto, Maley (2002) destaca que eventos como a guerra no Afeganistão podem ter impactos imediatos e metafóricos. Os impactos imediatos seriam discerníveis na mortalidade relacionada à guerra, ao luto, lesões e traumas. Mas os impactos metafóricos também podem ser potentes em termos sociais e políticos. Para os partidários intelectuais de Gorbachev, “Afeganistão” tornou-se uma metáfora que captava os males da “estagnação” e a perda de fé na liderança do partido foi significativa para a URSS. A situação torna-se muito mais perigosa quando a perda da fé ocorre não no nível das massas (ou apenas nele), mas também penetra nos escalões intermediários ou superiores do próprio partido, e foi o que aconteceu no caso do Afeganistão (MALEY, 2002).

Além disso, o processo pelo qual a decisão de intervir foi tomada estava muito em desacordo com as normas informais de consulta que haviam sido construídas durante a era Brezhnev, e com qualquer noção de consulta intrapartidária, sendo a guerra afegã responsável por um golpe fundamental na Doutrina Brezhnev. A União Soviética estava há décadas preparada para usar a força fora de suas fronteiras a fim de defender o que a sua liderança via como interesses centrais. Este uso da força, contudo, não foi tão desenfreado como alguns analistas caracterizaram, mas permitiu a consolidação na Europa Oriental de uma camada de Estados dependentes. Cabe destacar que após a intervenção a União Soviética já havia se

referido ao Afeganistão como um “país em desenvolvimento”, não “socialista”. Ao passo que no final da década de 1980 as inovações ideológicas da era Gorbachev estenderam tanto a noção de socialismo na direção de um tipo de Estado de bem-estar “guiado”, que a noção de poder soviético sendo usado para sustentar regimes socialistas estava se tornando cada vez menos plausível.

Alguns analistas, como Galeotti (1995), questionam se a experiência no Afeganistão constituiu uma derrota militar para a União Soviética e, por implicação, se poderia ser feita uma analogia entre a experiência norte-americana no Vietnã e a experiência soviética no Afeganistão. Aqueles que contestam a analogia do Vietnã tendem a apontar para a falta de uma derrota de combate decisiva para a URSS, e o caráter relativamente mais leve do compromisso da força soviética com o Afeganistão em comparação com o compromisso dos EUA com o Vietnã. Galeotti (1995), por exemplo, argumenta que a guerra poderia ter sido “ganha” para a URSS se ela tivesse implantado um tipo similar às forças que os EUA usaram no Vietnã, por exemplo, onde uma proporção de 7 soldados por quilômetro quadrado foi atingida, comparada com 0,7 do Afeganistão (GALEOTTI, 1995).

Ao passo que Maley (2002), por sua vez, estabelece três contrapontos ao argumento de Galeotti. O primeiro seria de que a análise é de cunho especulativo e depende de suposições contrafactuais. O segundo é de que não está claro exatamente o que significa dizer que a guerra poderia ter sido “vencida” simplesmente por se aumentar o número de invasores desprezados no país. O terceiro contraponto fundamental, enfatizado também por Dorronsoro (2005), é o de que a derrota na guerra afegã constituiu-se de uma derrota política, sendo a citação de Borer (1999) bastante elucidativa:

A fim de entender a perda da guerra no Vietnã e no Afeganistão, o foco não deveria ser primariamente uma análise acerca do campo de batalha, mas sim da política que governava o campo de batalha... Em cada grande engajamento, em ambas as guerras, as tropas dos EUA e da União Soviética dominavam seus oponentes. No entanto, a dominação do campo de batalha em um sentido estritamente militar não produziu vitória política para as superpotências. Da mesma forma, a derrota no campo de batalha não foi equivalente ao fracasso político daqueles que resistiram às superpotências no Vietnã e no Afeganistão. Devemos lembrar que, desprovida de seu significado político final, a guerra não tem significado moral, intelectual ou social digno. Sem política, a guerra trata-se simplesmente de assassinato em uma escala agregada (BORER, 1999, p. 190-191).

Ao questionarmos o papel desempenhado pelo Afeganistão no processo de ruptura do sistema soviético, percebe-se que ele não foi o único fator em ação. A nova liderança com

visões pouco ortodoxas, a debilidade econômica, o empobrecimento intelectual de ideologia e competições renovadas com outras superpotências foram todas considerações de significado notável, ajudando a alimentar a crise de fé na liderança do partido citada anteriormente. Contudo, embora o debate persista, alguns desses fatores aumentaram em importância como um resultado da guerra afegã. Segundo Reuveney e Prakash (1999), um deles foi a possível mudança na percepção da liderança soviética sobre a eficácia de manter seus diversos países juntos utilizando-se de força militar. O segundo foi o fator do *efeito* militar. Os militares eram um pilar importante do campo anti-*Perestroika* e os reveses no Afeganistão enfraqueceram os antirreformistas, aceleraram a *Perestroika* e facilitaram o colapso do sistema. O terceiro efeito seria o de legitimidade, visto que a guerra acentuou a clivagem entre as repúblicas não russas e o Estado soviético. O quarto e último efeito seria o da *Glasnost*, visto que a guerra teria acrescentado um novo vigor às forças desencadeadas por ela (REUVENEY e PRAKASH, 1999).

4.3 MANUTENÇÃO E COLAPSO DO REGIME EM CABUL

Poucos observadores esperavam que o regime de Najibullah durasse muito tempo após a retirada soviética do Afeganistão. No entanto, mais de três anos se passaram antes que ele finalmente se desintegrasse. Foi um período de grande significado em longo prazo, transformando o Afeganistão em palco de uma amarga guerra transnacional. Em fevereiro de 1989, embora as tropas já tivessem partido do Afeganistão, os aviões soviéticos permaneciam acessando o país. Tal apoio foi crucial, uma vez que Cabul não poderia ter sobrevivido como um reduto isolado sem ele, visto que as cidades não se abasteciam sozinhas. A assistência militar também continuou e em um memorando do Politburo de maio de 1989, o ministro das Relações Exteriores, o ministro da Defesa, o chefe da KGB e o secretário do Partido recomendaram que houvesse uma busca de reservas adicionais para acelerar a entrega de armamentos e munições ao Afeganistão, particularmente os mísseis R-17, equipamentos de defesa aérea e outros (HERSHBERG, 1996-97).

Os recursos fornecidos pela URSS, juntamente com a impressão de mais moeda afegã, deram ao regime a possibilidade de comprar comandantes locais influentes, o que, como observado por Rubin (1995), era extremamente caro. Não obstante, isso funcionou em curto prazo, já que diversos comandantes estavam dispostos a aceitar o dinheiro de Cabul, sabendo que, em longo prazo, mantinham a opção de desertar para a oposição. Segundo Maley (2002), isso reflete a fragilidade fundamental do suporte adquirido com a moeda, que tende a durar apenas enquanto o fluxo monetário puder ser sustentado. Para solucionar o problema,

Najibullah fez uso de milícias retiradas de minorias étnicas ou sectárias, que trabalhavam diretamente para ele e consistiam em voluntários pagos de acordo com os resultados proporcionados. Assim, a atração do patrocínio estatal se mostrou irresistível para grupos que haviam sido marginalizados pelo próprio Estado ou seus agentes no passado (DORRONSORO, 2000). Além de contar com o apoio soviético e a lealdade adquirida, Najibullah também buscou utilizar o nacionalismo como uma nova base para a popularidade. Isso implicou abandonar a maior parte da bagagem ideológica do partido, precedida por um abandono da retórica marxista (RUBIN, 1995).

Paralelamente a isso, há um considerável desengajamento norte-americano da situação no Afeganistão. George Bush foi empossado como presidente dos Estados Unidos quase na véspera da conclusão da retirada das tropas soviéticas. No entanto, apesar de dois mandatos como vice-presidente do governo Reagan, ele não trouxe uma visão óbvia sobre como proceder no Afeganistão. Sua abordagem, em vez disso, foi explorar opções, ao mesmo tempo em que priorizava a proteção da posição de Gorbachev, cujo domínio continuado ele considerava vital para as relações entre os EUA e a União Soviética. Nesta etapa, o Afeganistão já não era mais uma questão-chave nas implicações Leste-Oeste. Contudo, é importante enfatizar que o governo Bush não se propôs a abandonar os *mujahideen*. Certos percalços nos primeiros dias de sua administração deixaram a resistência afegã com falta de recursos, em uma época em que fluxos constantes (conforme previsto pela declaração dos EUA no período em que os Acordos de Genebra foram assinados) teriam sido de valor significativo, mas isso não refletiu em uma intenção de incapacitar a resistência (MALEY, 2002). Esse enfraquecimento no comprometimento daqueles que estavam mais fortemente envolvidos em uma solução militar para o conflito acabou estabelecendo um cenário propício para que as Nações Unidas renovassem seu engajamento na situação afegã.

Em 21 de maio de 1991, após amplas discussões entre os atores afegãos e o Secretário Geral das Nações Unidas, foi deliberadamente lançado um plano de ação que se mostraria bastante incontroverso. Os parágrafos principais sugeriam a necessidade de se preservar a soberania, a integridade territorial, a independência política e o caráter não alinhado e islâmico do Afeganistão; reconhecer o direito do povo afegão de determinar sua própria forma de governo e escolher seu sistema econômico, político e social, livre de intervenção externa, subversão, coerção ou constrangimento de qualquer tipo; haver um período de transição, cujos detalhes deveriam ser elaborados através de um diálogo intra-afegão, levando ao estabelecimento de um governo de base ampla; estabelecer medidas transitórias aceitáveis para a vasta maioria do povo afegão, incluindo um mecanismo de transição credível e

imparcial com poderes e autoridade apropriados, além de cessar as hostilidades durante a transição do período, entre outros (MALEY, 2002; DORRONSORO, 2005).

O regime de Cabul aceitou quase instantaneamente, sobretudo porque, do ponto de vista de Najibullah, o plano da ONU era atraente, na medida em que não exigia explicitamente que ele deixasse seu cargo, e muito menos estabelecesse um cronograma para fazê-lo. Contudo, a referência de membros da resistência ao fato de Najibullah permanecer tendo uma parcela de poder, de uma forma ou de outra, destacou a atenção à imprecisão crucial nas propostas do Secretário Geral e também ao abismo que continuou a dividir os detentores do poder no Afeganistão, algo que a ONU nunca conseguiu transpor. A evolução da situação e, especialmente, as mudanças nas atitudes dos EUA e da União Soviética em relação ao Afeganistão, levaram os esforços da ONU a dar forma concreta a alguns dos princípios mais abstratos contidos na declaração do Secretário Geral. Havia duas vertentes particulares de atividade, uma estava preocupada com a saída de Najibullah, algo que todos os atores internacionais apreciariam; a outra, por sua vez, era a ausência de um consenso quanto ao melhor momento para que isso acontecesse (RUBIN, 1995). Em agosto de 1991, Najibullah reiterou que não renunciaria para permitir que um governo provisório fosse estabelecido antes das eleições. Entretanto, ele estava ciente de que seu regime não pode sobreviver sem ajuda soviética, a qual já estava tomada por um enorme descontentamento (MALEY, 1991).

O desenvolvimento político mais importante, no entanto, veio em 13 de setembro de 1991, e assinou a sentença de morte do regime de Najibullah. Na data, uma declaração conjunta foi emitida pelo novo ministro das Relações Exteriores soviético e pelo secretário de Estado norte-americano, onde anunciaram que os dois países deixariam de entregar “material e suprimentos letais” a partidos no Afeganistão a partir de primeiro de janeiro de 1992, data em que a própria União Soviética deixou de existir (MALEY, 2002). Sem recursos, Najibullah voltou-se para a manipulação étnica como uma forma de aumentar sua posição, o que provou ser um erro grave, embora suas opções na época fossem extremamente limitadas. A consequência foi o desenrolar nos dois meses seguintes de uma forte oposição militar ao regime na maior parte do norte do Afeganistão e uma mudança significativa na correlação de forças em todo o país (RUBIN, 1995).

Em 18 de março, Najibullah finalmente sinalizou que renunciaria, concordando que, uma vez que um entendimento seria alcançado através do processo direcionado pelas Nações Unidas para o estabelecimento de um governo interino em Cabul, todos os poderes e autoridade executiva seriam transferidos para o governo interino a partir do primeiro dia do período de transição. No entanto, a renúncia de Najibullah também levou inúmeras figuras de

seu regime a recalcular seus próprios interesses, os quais poucas vezes encontraram vantagens pessoais no plano da ONU. Em vez disso, iniciou-se a construção de pontes para diferentes grupos de resistência, e o resultado foi o surgimento de novas formações de poder que pareciam forçar os líderes da resistência a oferecer melhores perspectivas de cumprir seus objetivos do que um plano da ONU vagamente especificado. O regime finalmente desmoronaria em abril de 1992, ao passo que os participantes dos partidos em disputa, especificamente Rabbani e Mojadiddi, expressariam uma preferência pelo estabelecimento imediato de um governo islâmico, em oposição à abordagem transitória oferecida pela ONU (MALEY, 2002; RUBIN, 2002).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, acima de tudo, fornecer uma contextualização e uma análise acerca do processo de formação do Estado afegão, enfatizando-se suas singularidades a fim de contribuir para a explicação de seus contornos políticos. Não se objetivou, contudo, que as observações a respeito das questões étnicas e a fragmentação particular do Afeganistão excluíssem, de algum modo, a consideração de outras dinâmicas, tanto sociais quanto ideológicas, que foram igualmente significativas. Como apontado por Maley (2002), a vida política afegã é comumente representada como um processo recorrente de fissão e fusão, onde a tendência integradora do Estado eventualmente se opõe à força centrífuga das tribos. Isso tende a levar ao reducionismo de que a guerra instaurada tenha sido meramente uma expressão disso, negando, de certo modo, a capacidade de determinados atores de agirem de forma independente.

O Afeganistão realmente surgiu no século XVIII como resultado da desintegração dos impérios Persa e Mongol, que os Ghilzai, e mais tarde as confederações tribais Durrani-Pashtun, foram capazes de explorar para impor sua vontade própria sobre as populações vizinhas. A dominação política das tribos pashtun sobre as outras etnias obstruiu a possibilidade de relações estreitas com o Estado moderno, que tomou forma progressivamente a partir de 1880. De fato, as tribos foram organizadas de uma maneira caracterizada pela ausência de instituições políticas. As oposições no nível segmentar do clã e da tribo normalmente impediram o surgimento de um poder central, exceto em momentos de crise. Assim, no caso afegão, a tribo poderia ser definida como a maior unidade capaz de unificar-se diante de um ataque externo, referência a um ancestral comum, bem como a um código de conduta com base em um método de resolução de conflitos calcado em um sistema de responsabilidade coletiva (RUBIN, 2002).

As revoltas tribais contra o Estado foram frequentes durante toda a primeira metade do século XX, sendo as mais notórias no ano de 1929. Somente Nadir Khan conseguiu, com dificuldade, restaurar uma coalizão de todos os pashtuns, contando, ainda, com a ajuda dos britânicos para estabelecer a dinastia pashtun que reinaria até 1973. Em 1978, as reformas modernizadoras dos comunistas precipitaram uma revolta tribal, seguida pela derrubada da autoridade central e pela ocupação de Cabul. Contudo, por mais presente que a narrativa tribal esteja, ela não é capaz de explicar, sozinha, o surgimento de partidos políticos, os quais estavam longe de serem representativos das tribos. A partir de processos próprios de desenvolvimento, as classes mais instruídas que se formaram passaram a recorrer à organização coletiva, o que, posteriormente, viria a produzir uma situação revolucionária.

Mesmo em épocas em que o Estado não esteve ameaçado pela oposição das tribos ou dos ulemás, o desenvolvimento das instituições estatais nunca resultou em um sistema totalmente coerente, nem no abandono de práticas patrimoniais. Após a década de 1950, o Estado afegão enfatizou seu caráter institucional, mas o poder permaneceu, em grande parte, uma prerrogativa pessoal do rei e da classe governante. A herança do poder ilustra claramente o baixo nível de institucionalização. Abdul Rahman Khan estabeleceu regras de herança a fim de evitar as guerras que levaram os numerosos pretendentes ao trono ao conflito mútuo no século XIX. Essa situação foi dificultada pelo fato de os emires frequentemente terem várias dezenas de filhos; contudo, até esse momento não havia ocorrido uma sucessão regular ao trono, exceto a do próprio Abdul Rahman Khan, já em 1901.

A partir da década de 1970, o sistema político amplamente disfuncional, incapaz de mobilizar apoio, abriu o caminho para que os comunistas realizassem um golpe de Estado, situação que eventualmente acabou levando à guerra civil e à intervenção soviética. A origem da guerra civil afegã após 1978, em contraste com a situação da maioria dos movimentos de guerrilha do século XX, não contou com as massas rurais sendo lideradas por um grupo modernizador e revolucionário de elite. Com algumas exceções, os levantes foram espontâneos e demonstravam uma rejeição ao ateísmo e à ocupação estrangeira. A ideologia política e a política da classe dominante também foram transformadas. O status pessoal de todos os indivíduos foi reavaliado e certas formas de legitimidade se tornaram o critério de acesso a recursos políticos ou econômicos.

Cabe apontar que o desafio à coesão do Estado veio, de fato, essencialmente das diferentes etnias, tribos e dos ulemás, mas reitera-se que não foram eles, contudo, os causadores diretos da guerra, e sim as organizações políticas com objetivos ideológicos e práticas institucionais específicas. Sobretudo porque a mobilização inicial ocorreu no contexto

de grupos locais, com laços de lealdade específicos, e não de macro etnias. Foi também por conta dessa especificidade que, especialmente no início da guerra, tornou-se impossível discernir a disposição das forças no terreno, uma vez que os grupos não eram necessariamente baseados no território, com diferentes partidos frequentemente representados na mesma aldeia. Posteriormente, algumas partes fizeram uso de afiliações comunitárias para mobilizar apoio, uma vez que – sobretudo em tempos de crise – as identidades estavam suscetíveis à manipulação.

Quando a União Soviética interveio no Afeganistão, poucos especialistas acreditavam que o incipiente movimento de resistência mujahideen teria chances de resistir ao exército soviético moderno, mecanizado e tecnologicamente avançado. Sobre isso, como apontado por Maley (2002), pode-se fazer pelo menos duas observações. Uma delas é a de que não se podem obstinar desfechos bem-sucedidos em guerras cujos objetivos são irrealis ou remotamente atingíveis. No caso afegão, a União Soviética possuía um duplo empecilho: quanto mais fornecia apoio bélico e contingente militar ao regime do PDPA, mais comprometia a legitimidade do partido e sua institucionalização. Tal produto se deu, sobretudo, em virtude da natureza da sociedade afegã. Os habitantes das áreas rurais, por exemplo, na maior parte de seu tempo nutriam a sensação de que possuíam um estilo de vida digno de se defender contra ameaças externas, onde normas poderosas e altamente enraizadas de reciprocidade ordenavam solidariedade em face de ataques estrangeiros. Além disso, as próprias particularidades da União Soviética caracterizavam o tipo de agente externo que acentuaria tais normas. A exemplo do ateísmo, umas das marcas explícitas da doutrina marxista e do materialismo dialético, fato notório entre os círculos afegãos, incapaz de ser apagado ou mascarado até mesmo pela memória mais positiva acerca das relações de cooperação estabelecidas já nos anos 1950.

Podemos destacar, ainda, as fraquezas presentes no Partido Democrático do Povo Afegão, cujas rupturas internas o tornaram uma opção impopular frente a uma sociedade robusta, disposta a defender veementemente seu território da interferência estrangeira. A segunda observação sobre a guerra soviético-afegã destina-se ao protagonismo da forte convicção moral e do apoio externo, os quais atuaram como multiplicadores de força significativos, que nem mesmo as capacidades militares de uma superpotência conseguiram igualar. Além disso, a moral elevada da resistência afegã permanecia fortalecida mesmo em face de perdas significativas.

No que se refere ao papel exercido pelo apoio externo, fica claro como um movimento de resistência que o obtenha constitui-se em um inimigo diametralmente oposto a um

movimento isolado e puramente dependente de redes tribais para fornecer assistência. Os apoiadores externos propiciaram não apenas armamentos, munições e materiais – os quais poderiam estar disponíveis de outras formas –, mas também um senso adicional de legitimidade para a luta, transmitindo aos resistentes a ideia de que seus objetivos eram compartilhados com outros detentores de poder, ao invés de apenas excêntricos e idiossincráticos. Através disso, também puderam controlar e manipular o cenário político a favor de seus próprios interesses.

De forma geral, a guerra soviético-afegã não teve vencedores. A União Soviética sofreu com uma perda política, enquanto a luta entre a resistência afegã e os comunistas afegãos foi remetida para o campo de batalha. Tampouco foi um triunfo da “resolução de conflitos”. Os Acordos de Genebra simplesmente levaram a primeira onda de guerras do Afeganistão moderno a uma conclusão. Contudo, o golpe comunista de 1978 não foi inevitável, bem como não aconteceu sob qualquer grau significativo de mobilização social – em contraste, por exemplo, com a revolução iraniana. Ele ocorreu como resultado de diversas incompreensões a respeito da sociedade afegã, tanto por parte dos afegãos comunistas e de seus apoiadores soviéticos, quanto por parte das estruturas políticas, as quais não submeteram nenhum desses grupos aos checks and balances, além da própria configuração das Relações Internacionais à época, que forneceu pouco incentivo à cautela por parte do partido de Moscou.

Assim, a força militar se mostrou insuficiente para prover uma base legítima para a regra comunista, já que não importava o quão impressionante fosse o desempenho militar dos elementos das forças armadas soviéticas, eles não seriam capazes de entregar os resultados políticos pelos quais o sucesso poderia ser definido. A guerra soviético-afegã evidenciou, ainda mais, a descentralização de poder e a falta de estruturas institucionais do Estado que fossem suficientemente coesas e capazes de sustentá-lo. Fatores que demonstram raízes antigas do Afeganistão, cujos fortes laços de parentesco talvez tenham fornecido historicamente, sob algumas perspectivas, uma âncora contra o progresso, mas também meios bastante próprios de lidar com os eventuais colapsos de uma autoridade central.

Sobre a turbulência que viria após o fim do regime comunista, por sua vez, pode-se dizer que ela estava fundamentalmente enraizada no colapso do Estado e na exposição da política interna do Afeganistão à manipulação externa. Na análise compartilhada com Gilles Dorronsoro sobre o período, tem-se que as alianças da guerra podem até nos dar a impressão de irracionalidade e caos; contudo, todos os eventos ocorridos são resultados de um rigoroso processo de lógica política. Afinal, a guerra civil afegã não foi “primitiva” ou “tribal”, mas fortemente política (DORRONSORO, 2005).

REFERÊNCIAS

- ARNOLD, Anthony (1983). **Afghanistan's Two-Party Communism: Parcham and Khalq** (Stanford, CA: Hoover Institution Press).
- (1985), **Afghanistan: The Soviet Invasion in Perspective** (Stanford, CA: Hoover Institution Press).
- BORER, Douglas A. (1999), **Superpowers Defeated: Vietnam and Afghanistan Compared** (London: Frank Cass).
- BRADSHER, Henry S. (1985), **Afghanistan and the Soviet Union** (Durham, NC: Duke University Press).
- (1999), **Afghan Communism and Soviet Intervention** (Karachi: Oxford University Press).
- BRIGOT, André, and ROY, Olivier (1988), **The War in Afghanistan** (London: Harvester Wheatsheaf).
- BROXUP, Marie (1988). 'Afghanistan According to Soviet Sources, 1980–1985'. Central Asian Survey.
- BROWN, Archie (1996), **The Gorbachev Phenomenon** (Oxford: Oxford University Press).
- COGAN, Charles G. (1993), 'Partners in Time: The CIA and Afghanistan since 1979', *World Policy Journal*, 10, 2: 73–82.
- CORDOVEZ, Diego, and HARRISON, Selig S. (1995), **Out of Afghanistan: The Inside Story of the Soviet Withdrawal** (New York: Oxford University Press).
- MILES, M. (1990), 'Disability and Afghan Reconstruction: Some Policy Issues', *Disability, Handicap and Society*.
- DORRONSORO, Gilles. **Revolution Unending: 1979 to the Present**. London: Hurst & Co Publishers, 2005.

DUPREE, Louis (1973), *Afghanistan* (Princeton, NJ: Princeton University Press).

ELLIS, Deborah (2000), **Women of the Afghan War** (Westport, CT: Praeger).

GALEOTTI, Mark (1995), **Afghanistan: The Soviet Union's Last War** (London: Frank Cass & Co.)

GIUSTOZZI, Antonio (2000). **War, Politics and Society in Afghanistan. 1978–1992** (London: Hurst & Co.)

GOODSON, Larry P. (1998), '**Periodicity and Intensity in the Afghan War**', *Central Asian Survey*.

H Aidari, M. Ashraf. *Afghanistan in 2017: Achievements and Challenges*. **The Diplomat**, 28 dez 2017. Disponível em:

<https://thediplomat.com/2017/12/afghanistan-in-2017-achievements-and-challenges/>

Acesso em: 15 jul. 2019.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

HALLIDAY, Fred, and Zahir Tanin (1998). '**The Communist Regime in Afghanistan 1978–1992: Institutions and Conflicts**', *Europe-Asia Studies*.

HALLIDAY, Fred. **War and Revolution in Afghanistan**. *New Left Review*, 1980.

HERSHBERG, James G. (ed.) (1996–97), '**New Evidence on the Soviet Intervention in Afghanistan**', *Cold War International History Bulletin*.

JALALI, Ali Ahmad, and LESTER W. Grau (2010), **The Other Side of the Mountain: Mujahideen Tactics in the Soviet–Afghan War** (Quantico: SCN: DM–980701, Marine Corps Combat Development Command).

KHALIDI, Noor Ahmad (1991), '**Afghanistan: Demographic Consequences of War, 1978–1987**', Central Asian Survey.

LEWIS, Bernard (1988), **The Political Language of Islam** (Chicago: University of Chicago Press).

MALEY, William. **The Afghanistan Wars**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

MARSDEN, Peter, and SAMMAN, Emma (2001), '**Afghanistan: The Economic and Social Impact of Conflict**', in Frances Stewart, Valpy Fitzgerald, and Associates, War and Underdevelopment: Volume 2: Country Experiences (Oxford: Oxford University Press.

MARSDEN, Peter. **Afghanistan: aid, armies and empires**. London, New York: I.B. Tauris, 2009.

MCCAULEY, Martin. **Afghanistan and Central Asia: a modern history**. London: Pearson Education Limited, 2002.

MCMICHAEL, Scott R. (1991), *Stumbling Bear: Soviet Military Performance in Afghanistan* (London: Brassey's).

MILLER, John (1993), **Mikhail Gorbachev and the End of Soviet Power** (Basingstoke: Macmillan – now Palgrave Macmillan).

MILES, M. (1990), '**Disability and Afghan Reconstruction: Some Policy Issues**', Disability, Handicap and Society.

ODOM, William E. (1998), **The Collapse of the Soviet Military** (New Haven, CT: Yale University Press).

REUVENEY, Rafael, and PRAKASH, Aseem (1999), '**The Afghanistan War and the Breakdown of the Soviet Union**', Review of International Studies.

RUNION, Meredith. **The History of Afghanistan**. Westport, CT: Greenwood Press, 2007.

RUBIN, Barnett. **The Fragmentation of Afghanistan: state formation and collapse in the international system**. New Haven and London: Yale University Press, 2002.

—— (1995), **The Search for Peace in Afghanistan: From Buffer State to Failed State** (New Haven, CT: Yale University Press).

SHAHRANI, M. Nazif, and Robert L. Canfield (1984), **Revolutions and Rebellions in Afghanistan: Anthropological Perspectives** (Berkeley: Institute of International Studies, University of California).

TANNER, Stephen. **Afghanistan: a military history from Alexander the Great to the fall of the Taliban**. Cambridge, MA: Da Capo Press, 2002.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY – UNGA. **Resolution 377**

[https://www.un.org/en/sc/repertoire/otherdocs/GAres377A\(v\).pdf](https://www.un.org/en/sc/repertoire/otherdocs/GAres377A(v).pdf) . **Security Council Report**

<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Afgh%20ARESES6%202.pdf>

US DEPARTMENT OF STATE (1985), ‘**USSR: Unofficial Poll on Popular Opposition to Afghan War**’, **Current Analyses** (Washington, DC: Bureau of Intelligence and Research, Report 1107-CA, 18 June).

UNO (1994), **The Status of Education in Afghanistan** (Peshawar: University of Nebraska at Omaha and ESSP Research and Planning): Vol. I–II.

UNITED NATIONS (1985), **Rapport sur la situation des droits de l’homme en Afghanistan** (New York: United Nations, E/CN.4/1985/21, Human Rights Commission, Economic and Social Council, 19 February).

—— (1988), **Agreements on Settlement of Situation Relating to Afghanistan** (Geneva: United Nations Information Service, Press Release Afghanistan/9, 14 April).

US DEPARTMENT OF STATE (1985), ‘**USSR: Unofficial Poll on Popular Opposition to Afghan War**’, **Current Analyses** (Washington, DC: Bureau of Intelligence and Research, Report 1107-CA, 18 June).

—— (1998), *International Narcotics Control Strategy Report, 1997* (Washington, DC: Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs, March 1998).

VAN DYKE, Carl (1996), '**Kabul to Grozny: A Critique of Soviet (Russian) Counter-Insurgency Doctrine**', *Journal of Slavic Military Studies*.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WEINBAUM, Marvin G. (1994), **Pakistan and Afghanistan: Resistance and Reconstruction** (Boulder, CO: Westview Press).

WESTAD, Odd Arne (1994). '**Prelude to Invasion: The Soviet Union and the Afghan Communists, 1978–1979**', *International History Review*, 16.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War**. Cambridge University Press, 2007.